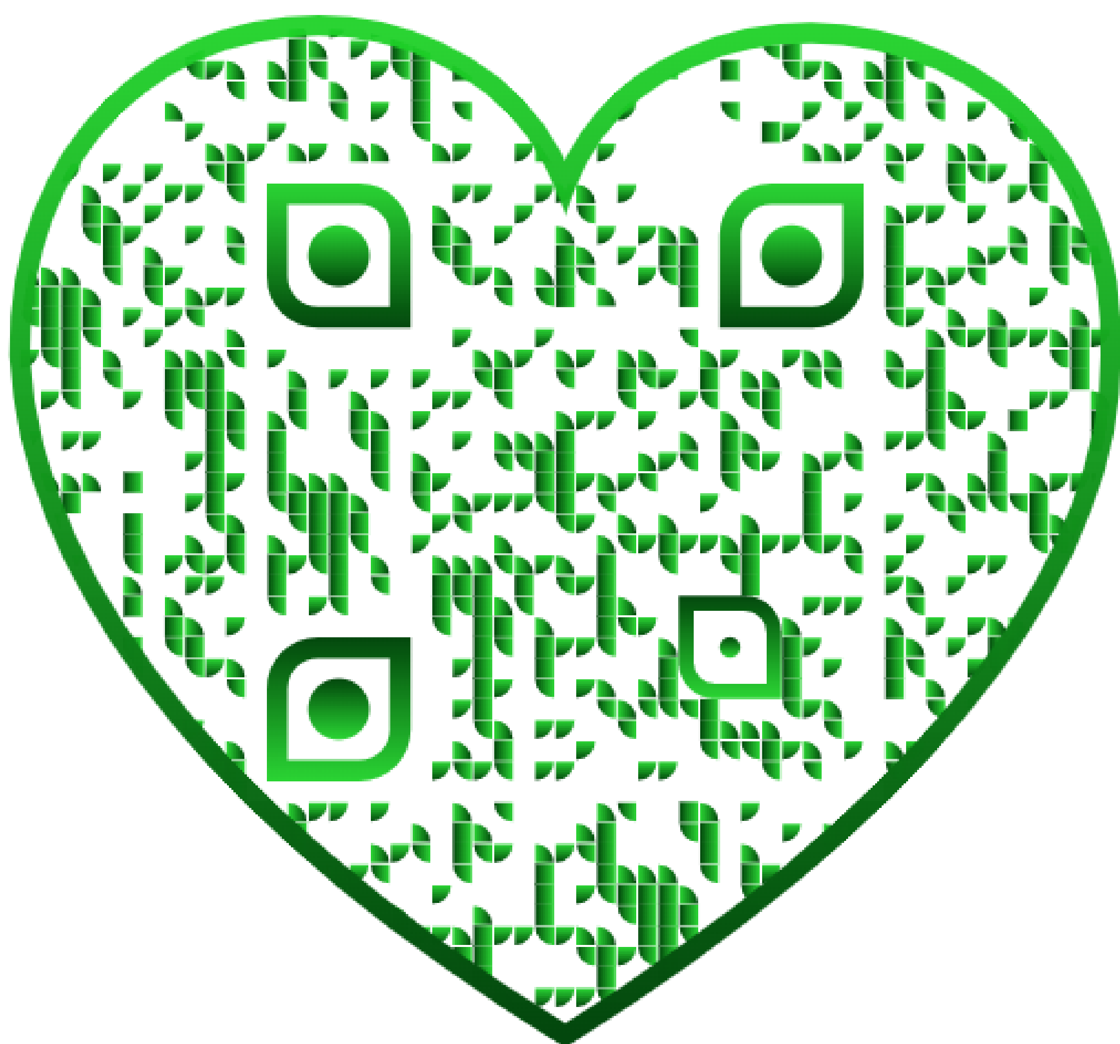
GEOGRAFIA DO MARANHÃO

Localização do Estado do Maranhão: superfície; limites; linhas de fronteira; pontos extremos; Áreas de Proteção Ambiental (APA). Parques nacionais. Climas do Maranhão: pluviosidade e temperatura. Geomorfologia: classificação do relevo maranhense: planaltos, planícies e baixadas. Características dos rios maranhenses: bacias dos rios limítrofes: bacia do Pamaíba, do Gurupi e do Tocantins-Araguaia. Bacias dos rios genuinamente maranhenses. Principais Formações Vegetais: floresta, cerrado e cocais.
Geografia da População: população absoluta; densidade demográfica; povoamento; movimentos populacionais.
A agricultura maranhense: caracterização e principais produtos agrícolas; caracterização da Pecuária.
Extrativismo: vegetal, animal e mineral. Parque industrial: indústrias de base e indústrias de transformação.
Setor Terciário: comércio, telecomunicações, transportes.
Malha viária.
Portos e aeroportos.

Localização do Estado do Maranhão: superfície; limites; linhas de fronteira; pontos extremos; Áreas de Proteção Ambiental (APA). Parques nacionais. Climas do Maranhão: pluviosidade e temperatura. Geomorfologia: classificação do relevo maranhense: planaltos, planícies e baixadas. Características dos rios maranhenses: bacias dos rios limítrofes: bacia do Parnaíba, do Gurupi e do Tocantins-Araguaia. Bacias dos rios genuinamente maranhenses. Principais Formações Vegetais: floresta, cerrado e cocais.





Estado do Maranhão



Localização	
- Região	Nordeste
- Estados limítrofes	Piauí (leste), Tocantins (sudoeste) e Pará (oeste)
- Mesorregiões	5
- Microrregiões	21
- Municípios	217
Capital	São Luís
Governo	2011 a 2015
- Governador(a)	Roseana Sarney (PMDB)
- Vice-governador(a)	Joaquim Washington Luiz de Oliveira (PT)
- Deputados federais	18
- Deputados estaduais	42
- Senadores	Edison Lobão Filho (PMDB) Epitácio Cafeteira (PTB) João Alberto (PMDB)
Área	
- Total	331 935,507 km² (8º)
População	2010
- Estimativa	6 569 683 hab. (10º)
- Densidade	19,79 hab./km² (16º)
Economia	2009
- PIB	R$39.855.000 (16º)
- PIB per capita	R$6 259 (26º)
Indicadores	2008
- Esper. de vida	68,0 anos (26º)
- Mort. infantil	37,9‰ nasc. (26º)
- Analfabetismo	19,5% (23º)
- IDH (2005)	0,683 (26º) – médio
Fuso horário	UTC-3
Clima	tropical Af/Aw
Cód. ISO 3166-2	BR-MA
Site governamental	www.ma.gov.br Estado do Maranhão

Maranhão

Juçara, buriti, bacaba, carnaúba, babaçu... O Maranhão é conhecido como "terra das palmeiras", cognome que lhe foi dado por Fróis de Abreu, num livro de 1931, mas já em 1614 Claude d'Abbeville gabava: "É um verdadeiro jardim de palmeiras." E Gonçalves Dias suspirava, na "Canção do exílio": "Minha terra tem palmeiras..."

O estado do Maranhão situa-se na região Nordeste, onde ocupa uma área de 333.366km2. Localizado na área de transição entre o Nordeste e a Amazônia, limita-se ao norte com o oceano Atlântico, a oeste com o Pará, a sudoeste com o Tocantins, e a sudeste e a leste com o Piauí. O Maranhão apresenta as mais diversas características morfológicas, desde a mata amazônica e a caatinga nordestina até a área considerada o único deserto brasileiro, o Parque Nacional de Lençóis Maranhenses -- mais de 200km2 de dunas de areia branca e lagoas de água doce, que se evaporam no período da seca.

Geografia física

Geologia e relevo. De relevo plano, o Maranhão tem 75% do território abaixo de 200m de altura e apenas dez por cento acima de 300m. O quadro geomorfológico é composto por duas unidades: a baixada litorânea e o planalto. Domina na baixada um relevo de colinas e tabuleiros, talhados em arenitos da série Barreiras. Em certas partes do litoral, inclusive na ilha de São Luís, situada no centro do chamado golfão maranhense, esse relevo chega até a linha da costa. Em outras, fica separado do mar por uma faixa de terrenos baixos e planos, sujeita a inundações no período das chuvas. É a planície litorânea propriamente dita, que no fundo do golfão toma o nome de Perises. A leste do golfão maranhense, esses terrenos assumem o caráter de amplos areais com formações de dunas, que integram a costa dos Lençóis, até a baía de Tutóia.

O planalto ocupa todo o interior do estado com um relevo tabular. Apresenta feição de um conjunto de chapadões talhados em terrenos sedimentares (arenitos xistosos e folhelhos). Nas proximidades do golfão maranhense as elevações alcançam apenas 150 a 200m de altura; mais para o sul, 300 a 400m; e nas proximidades do divisor de águas, entre as bacias do Parnaíba e Tocantins, atingem 600m. Os vales do planalto separam os chapadões uns dos outros por meio de entalhes profundos, e por essa razão os chapadões apresentam escarpas abruptas em contraste com o topo regular.

Clima. Ocorrem no Maranhão três tipos de clima: o tropical superúmido de monção, o tropical com chuvas de outono e o tropical com chuvas de verão. Os três apresentam regimes térmicos semelhantes, com médias anuais elevadas, que variam em torno de 26o C, mas diferem quanto ao comportamento pluviométrico. O primeiro tipo, dominante na parte ocidental do estado, apresenta os totais mais elevados (cerca de 2.000mm anuais); os outros dois apresentam pluviosidade mais reduzida (de 1.250 a 1.500mm anuais) e estação seca bem marcada, e diferem entre si, como seu próprio nome indica, pela época de ocorrência das chuvas.

Vegetação. Uma vegetação de floresta, campos e cerrados reveste o território maranhense. As florestas ocupam toda a porção noroeste do estado, ou seja, a maior parte da área situada a oeste do rio Itapecuru. Nessas matas ocorre com grande abundância a palmeira do babaçu, produto básico da economia extrativa local. Os campos dominam em torno do golfão maranhense e no litoral ocidental. Os cerrados recobrem as regiões oriental e meridional. Na faixa litorânea, a vegetação assume feições variadas: campos inundáveis, manguezais, formações arbustivas.

Clima e Vegetação

A característica climática predominante no Maranhão é configurada como tropical. As temperaturas médias anuais são superiores a 24°C, enquanto os índices pluviométricos variam entre 1500 e 2500mm anuais. As chuvas no território do Maranhão caracterizam duas áreas distintas: no litoral as chuvas são mais abundantes, enquanto no interior são mais escassas. Outro fator condicionante do clima no Estado é sua posição geográfica, dividida entre a área situada no complexo amazônico, ao noroeste, onde o clima tende à caracterização como equatorial, e a área situada na região semi-árida do Nordeste brasileiro. O fator condicionante do clima é responsável pela distinção entre algumas áreas de vegetação: ao noroeste há a presença da Floresta Amazônica ou Hiléia Brasileira, sendo esta região também conhecida como Amazônia Maranhense; nas regiões de clima caracterizado como tropical, predomina o cerrado, ao sul do território estadual; no litoral, há a presença do mangue; ao leste, numa zona de transição entre o cerrado e a floresta equatorial, há a Mata dos Cocais, de vegetação relativamente homogênea, onde predomina o babaçu (Orbignya martiana), de grande importância econômica para o Estado.

Relevo

O relevo maranhense é basicamente dividido em duas grandes áreas: a região de planície no litoral e a região de planalto nas demais áreas do Estado. A planície caracteriza-se pela presença de tabuleiros (pequenos platôs) e baixadas alagadiças. Esta região de planície chega a avançar, a partir de sua região central, em direção ao interior do território. Quanto ao planalto, com forma tabular e de formação basáltica a partir do mesozóico, há a presença de áreas de chapadas, com escarpas que constituem, por exemplo,as serras da Desordem, da Canela e das Alpercatas.

A população indígena do Maranhão está entre as mais significativas do país do ponto de vista numérico, sendo estimada em pouco mais de 12,2 mil habitantes. Está dividida em dezesseis grupos, sendo que quatorze destes já vivem em áreas demarcadas para si pela FUNAI (Fundação Nacional do Índio).

Como nos demais Estados nordestinos, a população maranhense também enfrenta problemas infra-estruturais, como a rede hospitalar insatisfatória, em que grande parte dos estabelecimentos são mantidos por entidades privadas. Outro grave problema social trata-se dos conflitos rurais resultados da baixa condição econômica dos trabalhadores rurais, destituídos de terras próprias para o cultivo e a subsistência.

Hidrografia. Quase toda a drenagem do estado se faz de sul para norte através de numerosos rios independentes que se dirigem para o Atlântico: Gurupi, Turiaçu, Pindaré, Mearim, Itapecuru e Parnaíba. A sudoeste do estado uma pequena parte do escoamento se faz em direção a oeste. Integram-na pequenos afluentes da margem direita do Tocantins.

Pontos Extremos
Norte: Farol da Pedra Grande na Ilha de São João, no município de Carutapera
Sul: Nascente do rio Àguas Quentes na Serra sa Tabatinga, Município de Alto Parnaíba
Leste: rio Parnaíba, defluência com o rio Iguaçu, município de Araioses
Oeste: confluência dos rios Tocantins e Araguaia, municipio de Imperatriz.

O oeste maranhense está dentro da área de atuação do clima equatorial com médias pluviométricas e térmicas altas. Já na maior parte do estado, se manifesta o clima tropical com chuvas distribuídas nos primeiros meses do ano, mas o estado não sofre com períodos de seca.

Do ponto de vista ecológico, o Maranhão apresenta uma grande diversidade de espécies de plantas e animais. Na região oeste do estado estão demarcados de 300 000 hectares de terra referentes à Reserva Biológica do Gurupi, que é o que restou da floresta amazônica no Maranhão.



Os Lençóis Maranhenses

- Amazônica: Predominante no oeste do estado e encontra-se muito devastada em consequência das siderúrgicas de ferro gusa .

- Mata de Cocais: Mata característica do Maranhão onde predomina o babaçu e carnaúba. Cobre a parte central do Estado.

- Campos: próximos ao Golfão Maranhense, têm, como característica, vegetação herbácea alagável pelos rios e lagos da Baixada Maranhense.

- Mangues: predominam no litoral maranhense desde a foz do Rio Gurupi até a foz do Rio Periá.



Cachoeira São Romão, na Chapada das Mesas

- Cerrado: vegetação predominante no Maranhão. Formada por árvores de porte médio e vegetação rasteira.

O Maranhão possui o segundo maior litoral do Brasil, com 640 km de extensão, indo desde o Delta do Rio Parnaíba até a foz do Rio Gurupi. Ao longo de sua extensão, podem ser encontradas diversas praias, além de regiões de mangues

O **Rio Tocantins** (*Bico de Papagaio* em Tupi) é um rio brasileiro que nasce no estado de Goiás, passando logo após pelos estados do Tocantins, Maranhão e Pará, até a sua foz no Golfão Amazônico - próximo a Belém, onde se localiza a ilha de Marajó.

Após a união dos rios rio das almas Maranhão e Paranã entre os municípios de Paranã e São Salvador do Tocantins (ambos localizados no estado do Tocantins), o rio passa a ser chamado definitivamente de Rio Tocantins. Durante a época das cheias, seu trecho navegável é de aproximadamente 2000 km, entre as cidades de Belém - PA e Lajeado - TO.

O Rio Tocantins é o segundo maior rio totalmente brasileiro (perde apenas para o Rio São Francisco), e também pode ser chamado de Tocantins-Araguaia, após juntar-se ao Rio Araguaia na região do "Bico do Papagaio", que fica localizada entre o Tocantins, o Maranhão e o Pará. É no vale do médio e baixo Rio Tocantins que se encontrava a maior concentração de castanheiras da Amazônia.

Rio Gurupi, é um rio brasileiro que banha o estado do Maranhão na divisa deste com o estado do Pará. Possui aproximadamente 720 km de extensão, tem sua nascente no estado do Maranhão e sua foz no Oceano Atlântico.

É o divisor natural entre os estados do Pará e Maranhão.

Seus principais afluentes localizam-se na margem esquerda em território Paraense e sua bacia hidrográfica situa-se da seguinte maneira: 70% em território Maranhense e 30% em território Paraense. Devido a sua constituição geográfica, corre sobre rochas cristalinas e apresenta-se encachoeirado em longo trecho.

O **Rio Parnaíba**, conhecido como "Velho Monge", é um rio brasileiro que banha os estados do Piauí e do Maranhão. O seu nome é oriundo da língua tupi e significa "mar ruim", através da junção dos termos *paranã* ("mar") e *aíb* ("ruim")

O **rio Manuel Alves Grande** é um rio brasileiro que fica na divisa entre os estados de Tocantins e Maranhão.

Rios genuinamente maranhenses

Rio Itapecuru

Rio Munin

Rio Balsas

Rio Mearim (fenômeno da Pororoca)

Rio Farinhas

Rio Pindaré

Rio Grajaú

Rio Uma

Rio Corda

Rio Bacanga (na ilha de São Luís do Maranhão)

Rio Pericumã (casa de lavrador)

Postado por Severino Neto

APA - Maranhão

Delta do Parnaíba - PI, CE e MA (1996)
Serra de Tabatinga - MA, TO e BA (1990)
APA do Itapiracó - São Luís-MA
APA do Maracanã - São Luís - MA

Parques Nacionais do Maranhão

O **Parque Nacional da Chapada das Mesas** protege 160.046 hectares de Cerrado nos municípios de Carolina, Riachão, Estreito e Imperatriz, no centro-sul do Maranhão.

De acordo com o diretor de ecossistemas do Ibama - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Valmir Ortega, a criação do parque faz parte do esforço dos órgãos ambientais do Governo Federal para elevar a área protegida no Cerrado. Pouco mais de 2,5% do bioma está resguardado em unidades de conservação federais e estaduais. Conforme Ortega, a pressão para novos desmatamentos impulsionados por carvoarias e abertura de novas frentes para a agropecuária é muito forte. "É uma corrida contra o tempo para salvar grandes remanescentes", ressaltou.

A região que agora está abrigada dentro do Parque Nacional é extremamente rica em espécies de animais e de plantas, sem falar no alto potencial turístico em decorrência das belezas naturais da Chapada das Mesas. Os planos do Governo Federal incluem a criação de novas áreas protegidas no Maranhão, formando um "mosaico" com parques e reservas estaduais e federais e terras indígenas. A criação do parque era debatida e avaliada desde 2004, mas ganhou força no início deste ano com a realização de estudos de campo que comprovaram o valor ecológico, social, econômico e cultural da região.

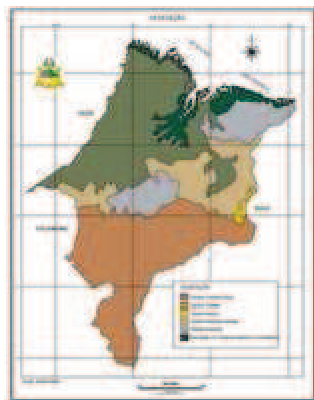
O **Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses** é um parque nacional brasileiro criado em 2 de junho de 1981 numa área de 155 mil hectares nas margens do Rio Preguiças, no nordeste do estado do Maranhão e distante cerca de 260 km de São Luís, ocupando uma área total de 270 quilômetros quadrados, com dunas de até 40 metros e lagoas de água doce.[1] Trata-se de um ecossistema costeiro único dentro do bioma caatinga, que associa ventos fortes e chuvas regulares. Consiste em uma faixa de dunas que avança entre 5 e 25 quilômetros em direção ao interior. As dunas formam pequenas lagoas de água doce. O filme Casa de Areia foi gravado dentro do parque.

Está localizado no estado do Maranhão, abrangendo os municípios de Barreirinhas, Humberto de Campos, Primeira Cruz, Santo Amaro do Maranhão e Paulino Neves. O acesso é realizado por via terrestre pela BR 135, por via Marítima, entrando no canal do Rio Preguiças em Atins e por via Fluvial, a partir de Barreirinhas, através do Rio Preguiças. Por via terrestre, saindo de São Luís, a capital do estado, percorre-se 58 km até Rosário, e a partir daí mais 22 km até Morros e 162 km até Barreirinhas, cruzando-se o trevo para Humberto de Campos. Por via fluvial, adentra-se através do mesmo Rio Preguiças, a partir de Barreirinhas, onde se pode chegar até Atins, no qual existe uma sede administrativa.

A sede do Parque fica a 2 km de Barreirinhas, do outro lado do Rio Preguiças, onde se atravessa de balsa. Existem passeios a partir de Barreirinhas, utilizando veículos apropriados, por meio do qual se chega até as dunas e lagoas de água doce.

O **Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba** foi criado através de Decreto de 16 de julho de 2002. Fica localizado na divisa dos estados do Piauí, do Maranhão, da Bahia e do Tocantins. Tem o objetivo de assegurar a preservação dos recursos naturais e da diversidade biológica, bem como proporcionar a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação, recreação e turismo ecológico. Possui uma área de 729.813,551 hectares. É administrado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

FORMAÇÕES VEGETAIS DO MARANHÃO



A vegetação presente no Maranhão reflete os aspectos transicionais entre o clima superúmido característico da região Norte e da Região Nordeste, com aspectos de semi-árido. Em virtude dessa posição, as condições edafoclimáticas do Estado ocorrem com grande variabilidade, proporcionando o surgimento de diversos ecossistemas. No Maranhão vamos encontrar desde ambientes salinos, com presença de manguezais, vegetação secundária, grandes áreas com babaçuais, até vegetação de grande porte com características do sistema amazônico.

Floresta Ombrófila Densa: Sua característica ecológica principal reside nos ambientes ombrófilos que marcam a região florística florestal amazônica. Corresponde à floresta de dossel mais denso e fechado. Essa área fitoecológica ocupa toda região noroeste do maranhão ocorrendo com frequência as seguintes espécies: seringueira *(Hevea brasiliensis),* castanha-do-pará *(Bertholletia excelsa),*andiroba *(Carapa guianensis)* açaí *(Euterpe oleracea)* dentre outras.

Savana: É uma região com predominância de vegetação xeromorfa aberta, dominada e marcada por um estrato herbáceo. Alternam-se ás vezes pequenas árvores isoladas, capões florestados e galerias florestais ao longo dos rios, mostrando, assim uma grande variabilidade estrutural e, em consequência, grande diferença em porte de densidade, no que também influi a intensidade da ação antrópica. As espécies mais comuns nas Savanas do Estado do Maranhão são: cajui *(Anarcadium microcarpum*), araticurn *(Anona coriacea),* murici *(Byrsonirna spp),* sucupira *(Bowdichia vergilo ides)* etc.

Savana Estépica: É constituida por uma formação vegetal bastante heterogênea e complexa, uma vez que se apresenta sob diversos aspectos fisionômicos, ocorrendo desde moitas baixas e isoladas, até mata fechada. Na sua maioria são xerófitas verdadeiras. Encontram-se sobre os tabuleiros em substituicão às áreas de matas, após sucessivos desmatamentos. As espécies mais as dessa vegetação no Estado são: sabiá *(Minosa caesalponiifolia),* catingueira *(Caesalpinia bracteosa),* xixá (*Sterculia striaata*) etc.

Floresta Estacional e Floresta Estacional Decidual: Representam grandes áreas descontínuas, onde o caráter decíduo da vegetação é acentuado pela disponibilidade hídrica do substrato. Ocorre na forma de disjunções florestais, apresentando estrato dominante macro ou mesofanerófitico, predominatemente caducifólio. As principais espécies encontradas são: macaúba *(Acronomía sclerocarpa),* pau-roxo *(Cassia ramiflora)* jatobá *(Hymenaea sp)*), angico *(Piptadenia cf. peregrina)* dentre outras.

Área de Formação com influência Marinha e Fluviomarinha: São as áreas ao longo do litoral, dos cursos de água e mesmo ao redor de depressões fechadas que acumulam água. Englobam-se neste tipo, as associações vegetais e suas variadas fisionomias, que ocorrem nos litorais arenosos, incluindo as comunidades pioneiras das praias, e áreas de mangues. As espécies mais comuns na vegetação de dunas são: capim-de-areia *(Panicum racemosum),* alecrim-da-praia *(Hybanthus ipecacuamba),* carrapicho-da-praia *(Acicarpha spathulata)* dentre outras. Um dos gêneros mais comuns que ocorrem nas dunas do Maranhão é *Ipomea.* As espécies que se desenvolvem nas restingas não sofrem ação direta das ondas, mais ainda estão relacionadas com a proximidade do mar. As principais espécies encontradas nessa formação vegetacional são: cipó-de-leite *(Oxypetalum sp.),* coroa-de-frade *(Melocatus violacens),* orquídea-da-restinga *(Epidendrum elipticurn)* etc. Os manguezais maranhenses estão localizados na porção Ocidental do Estado indo até o lado do Oriental ocupando as fozes dos rios. As principais espécies encontradas dessa formação são: *Avicennia schaweríana, A. germinans, Rizophora e Conocarpus erecta.* Fonte:MARANHÃO. Atlas do Maranhão. São Luis: Geplan/Uema, 2000

Cerrado

Um quarto do território brasileiro -- mais de 200 milhões de hectares -- era originalmente ocupado pelo cerrado. Na década de 1990, porém, 47 milhões de hectares já haviam sido substituídos por pastagens plantadas ou culturas de grãos.

Formação vegetal característica do Centro-Oeste brasileiro, o cerrado é constituído de árvores relativamente baixas e tortuosas, disseminadas em meio a arbustos, subarbustos e gramíneas. A estrutura do cerrado compreende basicamente dois estratos: o superior, formado pelas árvores e arbustos; e o inferior, composto por um tapete de gramíneas. As árvores típicas do cerrado atingem em média dez metros de altura, apresentam casca grossa, protegida às vezes por uma camada de cortiça, troncos, galhos e copas irregulares; algumas possuem folhas coriáceas, em certos casos tão duras que chegam a chocalhar com o vento; em outras, as folhas atingem dimensões enormes e caem ao fim da estação seca.

O cerrado predomina nos estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Tocantins. As mais extensas áreas desse tipo de vegetação aparecem em locais de clima quente e úmido, com chuvas de verão e estação seca bem marcadas. Ocorrem subtipos de vegetação, como o cerradão, o cerradinho e os campos sujos. Entre as árvores características dos cerrados destacam-se a lixeira (Curatella americana), o pau-terra de folhas grandes ou miúdas (Qualea grandiflora e Qualea parviflora), o pequi (Caryocar brasiliensis), o pau-santo (Kielmeyera coriacea), o ipê (Tabebuia caraiba) e a peroba-do-campo (Aspidosperma tomentosum). Entre as gramíneas, as mais comuns são o capim-flecha (Tristachya chrysotryx), o barba-de-bode (Aristida pallens) e diversas espécies do gênero Andropogon.

O solo típico do planalto central, onde se encontra a maior parte do cerrado, é constituído de areias e argilas, soltas ou consolidadas em arenitos e filitos, e de calcários e pedregulhos, resultantes do levantamento dos sedimentos do oceano primitivo. Os elementos que formam o estrato superior são providos de raízes profundas, que lhes permite atingir o lençol freático, situado de 15 a 20m de profundidade. Essa circunstância lhes confere melhores condições de sobrevivência ao longo do período de estiagem. As gramíneas do estrato inferior, devido a suas raízes curtas, ressentem-se mais da estiagem, quando entram em estado de latência, ou morte aparente. O tapete rasteiro apresenta então aspecto de palha seca, que favorece a propagação de incêndios, desencadeados pelas queimadas. Mas logo após as primeiras chuvas tudo reverdece e viceja.

Quando devidamente preparado, o solo do cerrado é fértil, como comprovam as grandes plantações de soja, milho, sorgo e outras culturas. No entanto, no Centro-Oeste, imensas áreas foram submetidas a queimadas, para a formação de pastagens, o que provocou o empobrecimento do solo, pela queima de materiais orgânicos, e colocou em risco de extinção certas espécies vegetais e animais, como o tamanduá-bandeira e o lobo guará. Outra ameaça à riqueza desse ecossistema é o plantio indiscriminado de florestas homogêneas de pinheiros e eucaliptos. Mais de 150.000 espécies animais vivem no cerrado, entre elas a ema e o veado-campeiro. ©Encyclopaedia Britannica do Brasil Publicações Ltda.

Mata dos Cocais

Nome dado à região do Brasil situada entre a Amazônia e a caatinga, nos estados do Maranhão, Piauí, Ceará e Rio Grande do Norte. Caracteriza-se pela vegetação em que predominam o babaçu e a carnaúba.

População

No centro-norte do estado -- em toda a região situada em torno do golfão maranhense e ao sul deste (vales dos rios Pindaré, Mearim, Grajaú e Itapecuru) -- registram-se as mais elevadas densidades demográficas. No restante do estado o povoamento é escasso. É forte a proporção de negros e mulatos, além de remanescentes indígenas dos grupos tupis e jês.

Com exceção do extremo ocidental do estado, que pertence à área de influência de Belém, todo o território maranhense é parte integrante da região polarizada por Recife. A ação econômica da metrópole pernambucana se exerce no Maranhão por intermédio de São Luís, para a maior parte do território estadual, e de Teresina, capital do Piauí, para alguns municípios situados junto à divisa com esse estado.

O índice de urbanização do Maranhão é baixo, com cerca de um terço da população nas áreas urbanas. À capital do estado, São Luís, seguem-se em importância Imperatriz, Caxias, Codó e Bacabal. Os demais centros urbanos são modestos: Santa Luzia, Barra do Corda, Timon, Pedreiras, Monção, Açailândia, Santa Inês, Coroatá, Penalva são os de maior população.

O Maranhão possui 217 municípios distribuídos em uma área de 331.983,293 km², sendo o oitavo maior estado do Brasil, um pouco menor que a Alemanha. Sua população estimada em 2007 é de 6.118.995 habitantes, sendo o décimo estado mais populoso do país, com população superior à da Jordânia.

Cerca de setenta por cento dos maranhenses vivem em áreas urbanas. O Maranhão possui 18,43 habitantes por km², sendo o décimo sexto na lista de estados brasileiros por densidade demográfica.

Indicadores sociais

O Maranhão é um dos estados mais pobres do Brasil, com um Índice de Desenvolvimento Humano igual a 0,683, comparável ao do Brasil em 1980 e superior apenas ao de Alagoas na lista dos estados brasileiros por IDH. O estado possui a segunda pior expectativa de vida do Brasil, também superior apenas à de Alagoas.

Segundo o livro Honoráveis Bandidos, a família Sarney, através do seu envolvimento na política, fez com que o estado empobrecesse e as pessoas migrassem da região.

Deficit habitacional

De acordo com um estudo realizado pela Fundação Getúlio Vargas em 2007, o Maranhão é o estado com o maior *deficit* habitacional relativo do país. O Maranhão apresenta um índice de 38,1 por cento (que equivale ao número de imóveis existentes, dividido pelo de moradias necessárias para suprir a demanda da população). Em termos absolutos, o *deficit* no estado chega a 570 606 unidades, o quinto maior do país. O *deficit* maranhense representa 7,14 por cento do déficit absoluto total brasileiro, estimado em 7 984 057. A média maranhense é quase três vezes maior do que a nacional, de 14,6 por cento. Para a Fundação Getulio Vargas, as causas do déficit no estado estariam relacionadas à má distribuição de renda, à inadimplência do estado e Municípios e à política aplicada no setor. O então secretário-adjunto da Secretaria de Estado das Cidades, Desenvolvimento Regional Sustentável e Infraestrutura, Heraldo Marinelli, contestou parte dessas causas. Para ele, o *deficit* "não tem correlação com a falta de políticas ao setor e com a inadimplência de estado e municípios" e também influenciaria o "processo histórico de concentração de renda" no estado.

Educação

De acordo com dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em 2009, o Maranhão possui o maior número de crianças entre oito e nove anos de idade analfabetas no país. Quase quarenta por cento das crianças do estado nessa faixa etária não sabem ler e escrever, enquanto que a média nacional é de 11,5 por cento. Os dados do instituto, porém, não oferecem um diagnóstico completo da situação, pois se baseiam somente na informação de pais sobre se seus filhos sabem ler e escrever um bilhete simples. Em 2006, os alunos do Maranhão obtiveram a quarta pior nota na prova do Exame Nacional do Ensino Médio de língua portuguesa. Em 2007, obtiveram a sétima pior, que foi mantida na avaliação de 2008. Na redação, os alunos se saíram um pouco melhor, apresentando a sexta pior nota em 2006 e subindo seis posições em 2007.

Mortalidade infantil

O Maranhão apresenta o segundo maior índice de mortalidade infantil do Brasil, inferior apenas ao de Alagoas. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, de cada mil nascidos no Maranhão por ano, 39 não sobreviverão ao primeiro ano de vida. Vários fatores contribuem para o alto índice de mortalidade infantil no estado: dentre eles, o fato de que apenas metade da população tem acesso à rede de esgoto e o de que quase quarenta por cento da população não tem acesso a água tratada.

Etnias

O Maranhão é um dos estados mais miscigenados do país, o que pode ser demonstrado pelo número de 68,8% de pardos autodeclarados ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, resultado da grande concentração de escravos indígenas e africanos nas lavouras de cana-de-açúcar, arroz e algodão; os grupos indígenas remanescentes e predominantes são dos grupos linguísticos macro-jê e macro-tupi. No tronco macro-Jê, destaca-se a família jê, com povos falantes da língua Timbira (Mehim), Kanela (Apanyekra e Ramkokamekra), Krikati, Gavião (Pukobyê), Kokuiregatejê, Timbira do Pindaré e Krejê. No Tronco macro-tupi, a família tupi-guarani, com os povos falantes das línguas tenetehára: Guajajara, Tembé e Urubu-Kaapor, além dos Awá-Guajá e de um pequeno grupo guarani, concentrados principalmente na pré-Amazônia, no Alto Mearim e na região de Barra do Corda e Grajaú.

Raça	Porcentagem
Branca	24,9%
Negra	5,5%
Parda	68,8%
Indígena	0,7%

Fonte: PNAD[18]

Houve forte tráfico negreiro entre os séculos XVIII e XIX, que trouxe milhares de negros da Costa da Mina e da Guiné, mais precisamente do Benin, antigo Daomé, Gana e Togo, mas também em levas não menos importantes de africanos do Congo, Cabinda e Angola. Muitas das tradições maranhenses tem a forte marca das culturas africanas: culinária (Arroz de Cuxá), religião (Tambor de Mina e Terecô), festas (Bumba-Meu-Boi e Tambor de Crioula) e músicas (Reggae). Atualmente, o Maranhão conta muitas comunidades quilombolas em toda região da Baixada, rio Itapecuru e Mearim.

A população branca, 24,9 por cento, é quase exclusivamente composta de descendentes de portugueses, dada a pequena migração de outros europeus para a região. Ainda no início do século XX a maior parte dos imigrantes portugueses era oriunda dos Açores e da região de Trás-os-Montes. Também no século XX, vieram contingentes significativos de sírios e libaneses, refugiados do desmonte do Império Otomano e que hoje têm grande e tradicional presença no estado. A proximidade com a cultura portuguesa e o isolamento do estado até a metade do século XX gerou aqui um sotaque próprio e ainda bastante similar ao português falado em Portugal, praticando os maranhenses uma conjugação verbal e pronominal vizinha àquela lusitana.

Povoamento

O povoamento do Maranhão iniciou-se através do litoral onde os portugueses se concentraram e desenvolveram a agricultura de cana de açúcar.

Com o desenvolvimento do plantio de cana, muitos engenhos foram construídos e inúmeras povoações surgiram em torno deles. Essas povoações deram origem às cidades de Santo Antônio de Alcântara, Itapecuru, Rosário, Icatu e outras.

A ocupação definitiva do interior só iniciou-se depois de vários anos de ocupação do litoral, através de três correntes principais de povoamento:

- Corrente dos Jesuítas
- Corrente Pastoral (sul do Estado, através dos piauienses, cearenses, sertanistas e vaqueiros)
- Corrente Agrícola (séc. XVIII, com o cultivo do algodão, que era inclusive exportado para a Inglaterra.

A Invasão Francesa

Expulsos da França Antártica, os franceses fazem uma Segunda tentativa, desta vez em terras do Maranhão, conhecida pelos índios Tupinambás como Upaon Açu (Ilha Grande). Em 1612, Daniel de La Touche, Senhor de La Ravardière, chega ao Maranhão com uma expedição, com a finalidade de fundar uma colônia francesa, chamada França Equinocial, por se encontrar além da linha equinocial.

Principais fatos da presença francesa em São Luís:

- Primeira Missa - 12 de agosto de 1612
- Fundação de São Luís - 8 de setembro de 1612
- Principal confronto - Batalha de Guaxenduba
- Expulsão dos franceses - 1615

A Invasão Holandesa

Em novembro de 1641, uma expedição holandesa sob o comando de Pierre Boas chegou ao Maranhão e tomou a cidade de São Luís, saqueando casas e igrejas. Em setembro de 1642, os maranhenses organizaram uma reação no vale do Itapecuru. A glória da expulsão dos invasores coube ao Capitão Antônio Teixeira de Melo que, retornando à cidade em 28 de fevereiro de 1644, encontrou-a praticamente em ruínas. http://www.visitesaoluis.com/historia

Economia



São Luís, centro financeiro do estado

A economia maranhense foi uma das mais prósperas do país até a metade do século XIX. Mas após o fim da Guerra Civil Americana, quando perdeu espaço na exportação de algodão, o estado entrou em colapso, agravado pelo abandono gerado pelos governos imperial e republicano; somente após o final da década de 1960 no século XX o estado passou a receber incentivos e saiu do isolamento, com ligações férreas e rodoviárias com outras regiões. A inauguração do Porto do Itaqui, em São Luís, um dos mais profundos e movimentados do país, serviu para escoar a produção industrial e de minério de ferro vinda de trem da Serra dos Carajás, atividade explorada pela Vale. A estratégica proximidade com os mercados europeus e norte-americanos fez do Porto uma atraente opção de exportação, mas padece de maior navegação de cabotagem. A economia estadual atualmente se baseia na indústria de transformação de alumínio, alimentícia, madeireira, extrativismo (babaçu), agricultura (soja, mandioca, arroz, milho), na pecuária e nos serviços.

São Luís concentra grande parte do produto interno bruto do estado; a capital passa por um processo marcante de crescimento econômico, sediando mais de três universidades (duas públicas e uma privada), além de uma dezena de centros de ensino e faculdades particulares. A expansão imobiliária é visível, mas o custo de vida ainda é bastante elevado e a exclusão social acentuada. Há grande dependência de empregos públicos.

Setor primário

A agricultura e a pecuária são atividades importantes na economia do Maranhão, além da pesca, que lhe dá a liderança na produção de pescado artesanal do país. Afinal, o estado possui 640 km de litoral, o segundo maior do Brasil, que fornece produtos bastante utilizados na culinária regional, como o camarão, caranguejo e sururu.

O Maranhão aumentou a produção de grãos, em 2000, e teve significativo crescimento industrial, de acordo com a Sudene. Apesar disso, o estado está entre os mais pobres do país.

Setor terciário

O Maranhão, por ser localizado em um bioma de transição entre o sertão nordestino e a Amazônia, apresenta ao visitante uma mescla de ecossistemas somente comparada, no Brasil, com a do Pantanal Mato-Grossense. Possui mais de 640 km de litoral, sendo, portanto, o estado com o segundo maior litoral brasileiro, superado apenas pela Bahia. O turismo praticado nele pode ser classificado em dois tipos: turismo ecológico e turismo cultural/religioso.

O Maranhão tem o privilégio de possuir, devido a exuberante mistura de aspectos da geografia, a maior diversidade de ecossistemas de todo o País. São 640 quilômetros de extensão de praias tropicais, floresta amazônica, cerrados, mangues, delta em mar aberto e o único deserto do mundo com milhares de lagoas de águas cristalinas. Essa diversidade está organizada em cinco polos turísticos, cada um com seus atrativos naturais, culturais e arquitetônicos. São eles: o polo turístico de São Luís, o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, o Parque Nacional da Chapada das Mesas, o Delta do Parnaíba e o polo da Floresta dos Guarás.

O Polo turistico de São Luís, localizado na ilha Upaon-Açu, que abrange os municípios que compõem a Ilha, a capital São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa, e a cidade Monumento de Alcântara.

O Parque dos Lençóis, situado no litoral oriental do Maranhão, envolve os municípios de Humberto de Campos, Primeira Cruz, Santo Amaro e Barreirinhas. Seu maior atrativo é o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, belo e intrigante fenômeno da natureza, um paraíso ecológico com 155 mil hectares de dunas, rios, lagoas e manguezais.

O Parque Nacional da Chapada das Mesas é uma área de 160 046 hectares de cerrado localizado no Sudoeste Maranhense. Possui cachoeiras, trilhas ecológicas em cavernas e desfiladeiros, *rappel*, sítios arqueológicos com inscrições rupestres e rios de águas cristalinas. As principais cidades do polo são Imperatriz, Carolina e Riachão.



Avenida Dorgival Pinheiro de Sousa, em Imperatriz

O Delta do Parnaíba é o terceiro maior delta oceânico do mundo. Raro fenômeno da natureza que ocorre também no rio Nilo, na África, e Mekong, no Vietnã. Sua configuração se assemelha a uma mão aberta, onde os dedos representariam os principais afluentes do Parnaíba, que se ramificam formando um grandioso santuário ecológico. Rios, flora, fauna, dunas de areias alvas, banhos em lagoas e de mar são alguns atrativos que o lugar oferece. Localizado a nordeste do estado, na divisa com o Piauí. Envolve a região sob influência do Delta do Rio Parnaíba, que tem setenta por cento da sua área no Maranhão. Tutoia, Paulino Neves e Araioses são os principais municípios. Deste último, partem excursões turísticas para o delta.

O polo da Floresta dos Guarás fica na parte amazônica do Maranhão, no litoral ocidental do estado. Incluído como Pólo ecoturístico por excelência, envolve os municípios de Cedral, Mirinzal, Cururupu, Guimarães e Porto Rico do Maranhão, entre outros. Seu nome deve-se à bela ave de plumagem vermelha, comum na região. O lugar, que conta com incríveis atrativos naturais e culturais, destaca-se como um santuário ecológico, formado por baías e estuários onde os rios deságuam em meio a manguezais. Entre os maiores atrativos turísticos deste polo, está a Ilha dos Lençóis, em Cururupu. Outros atrativos: praias de Caçacueira, São Lucas e Mangunça; Parcel de Manuel Luís, um banco de corais ao alcance apenas de mergulhadores profissionais; estaleiros, onde os mestres constroem embarcações típicas do Maranhão, inteiramente artesanais; pássaros como guarás, garças, colhereiros e marrecos.

Demografia

O Maranhão possui 217 municípios distribuídos em uma área de 331.983,293 km², sendo o oitavo maior estado do Brasil, um pouco menor que a Alemanha. Sua população estimada em 2007 é de 6.118.995 habitantes, sendo o décimo estado mais populoso do país, com população superior à da Jordânia.

Cerca de setenta por cento dos maranhenses vivem em áreas urbanas. O Maranhão possui 18,43 habitantes por km², sendo o décimo sexto na lista de estados brasileiros por densidade demográfica.

Indicadores sociais

O Maranhão é um dos estados mais pobres do Brasil, com um Índice de Desenvolvimento Humano igual a 0,683, comparável ao do Brasil em 1980 e superior apenas ao de Alagoas na lista dos estados brasileiros por IDH. O estado possui a segunda pior expectativa de vida do Brasil, também superior apenas à de Alagoas.

Segundo o livro Honoráveis Bandidos, a família Sarney, através do seu envolvimento na política, fez com que o estado empobrecesse e as pessoas migrassem da região.

Deficit habitacional

De acordo com um estudo realizado pela Fundação Getúlio Vargas em 2007, o Maranhão é o estado com o maior *deficit* habitacional relativo do país. O Maranhão apresenta um índice de 38,1 por cento (que equivale ao número de imóveis existentes, dividido pelo de moradias necessárias para suprir a demanda da população). Em termos absolutos, o *deficit* no estado chega a 570 606 unidades, o quinto maior do país. O *deficit* maranhense representa 7,14 por cento do déficit absoluto total brasileiro, estimado em 7 984 057. A média maranhense é quase três vezes maior do que a nacional, de 14,6 por cento. Para a Fundação Getulio Vargas, as causas do déficit no estado estariam relacionadas à má distribuição de renda, à inadimplência do estado e Municípios e à política aplicada no setor. O então secretário-adjunto da Secretaria de Estado das Cidades, Desenvolvimento Regional Sustentável e Infraestrutura, Heraldo Marinelli, contestou parte dessas causas. Para ele, o *deficit* "não tem correlação com a falta de políticas ao setor e com a inadimplência de estado e municípios" e também influenciaria o "processo histórico de concentração de renda" no estado.

Educação

De acordo com dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em 2009, o Maranhão possui o maior número de crianças entre oito e nove anos de idade analfabetas no país. Quase quarenta por cento das crianças do estado nessa faixa etária não sabem ler e escrever, enquanto que a média nacional é de 11,5 por cento. Os dados do instituto, porém, não oferecem um diagnóstico completo da situação, pois se baseiam somente na informação de pais sobre se seus filhos sabem ler e escrever um bilhete simples. Em 2006, os alunos do Maranhão obtiveram a quarta pior nota na prova do Exame Nacional do Ensino Médio de língua portuguesa. Em 2007, obtiveram a sétima pior, que foi mantida na avaliação de 2008. Na redação, os alunos se saíram um pouco melhor, apresentando a sexta pior nota em 2006 e subindo seis posições em 2007.

Mortalidade infantil

O Maranhão apresenta o segundo maior índice de mortalidade infantil do Brasil, inferior apenas ao de Alagoas. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, de cada mil nascidos no Maranhão por ano, 39 não sobreviverão ao primeiro ano de vida. Vários fatores contribuem para o alto índice de mortalidade infantil no estado: dentre eles, o fato de que apenas metade da população tem acesso à rede de esgoto e o de que quase quarenta por cento da população não tem acesso a água tratada.

Etnias

O Maranhão é um dos estados mais miscigenados do país, o que pode ser demonstrado pelo número de 68,8% de pardos autodeclarados ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, resultado da grande concentração de escravos indígenas e africanos nas lavouras de cana-de-açúcar, arroz e algodão; os grupos indígenas remanescentes e predominantes são dos grupos linguísticos macro-jê e macro-tupi. No tronco macro-Jê, destaca-se a família jê, com povos falantes da língua Timbira (Mehim), Kanela (Apanyekra e Ramkokamekra), Krikati, Gavião (Pukobyê), Kokuiregatejê, Timbira do Pindaré e Krejê. No Tronco macro-tupi, a família tupi-guarani, com os povos falantes das línguas tenetehára: Guajajara, Tembé e Urubu-Kaapor, além dos Awá-Guajá e de um pequeno grupo guarani, concentrados principalmente na pré-Amazônia, no Alto Mearim e na região de Barra do Corda e Grajaú.

Houve forte tráfico negreiro entre os séculos XVIII e XIX, que trouxe milhares de negros da Costa da Mina e da Guiné, mais precisamente do Benin, antigo Daomé, Gana e Togo, mas também em levas não menos importantes de africanos do Congo, Cabinda e Angola. Muitas das tradições maranhenses tem a forte marca das culturas africanas: culinária (Arroz de Cuxá), religião (Tambor de Mina e Terecô), festas (Bumba-Meu-Boi e Tambor de Crioula) e músicas (Reggae). Atualmente, o Maranhão conta muitas comunidades quilombolas em toda região da Baixada, rio Itapecuru e Mearim.

A população branca, 24,9 por cento, é quase exclusivamente composta de descendentes de portugueses, dada a pequena migração de outros europeus para a região. Ainda no início do século XX a maior parte dos imigrantes portugueses era oriunda dos Açores e da região de Trás-os-Montes. Também no século XX, vieram contingentes significativos de sírios e libaneses, refugiados do desmonte do Império Otomano e que hoje têm

grande e tradicional presença no estado. A proximidade com a cultura portuguesa e o isolamento do estado até a metade do século XX gerou aqui um sotaque próprio e ainda bastante similar ao português falado em Portugal, praticando os maranhenses uma conjugação verbal e pronominal vizinha àquela lusitana.

Infraestrutura

A população de grande parte do estado ainda sofre com problemas de saneamento básico e de desnutrição infantil. O Maranhão apresenta altos índices de desnutrição entre as crianças de zero a cinco anos, de acordo com levantamento do Fundo da Nações Unidas para a Infância feito em 1999.

Energia

O estado conta com um eficiente sistema de abastecimento de energia, através da Subestação da Eletronorte instalada no Distrito Industrial do Município de Imperatriz, além de estar bastante próxima das hidroelétricas de Estreito (1 328 megawatts) e de Serra Quebrada.

A concessionária de energia elétrica que cobre o Maranhão é a Companhia Energética do Maranhão.

Transporte



Aeroporto Internacional de São Luís

Aeroportos
- Aeroporto Internacional Marechal Cunha Machado (São Luís)
- Base Aérea de Alcântara
- Aeroporto Prefeito Renato Moreira (Imperatriz)
- Aeroporto de Bacabal (Bacabal)
- Aeroporto Regional João Silva (Santa Inês)

Portos
- Porto do Itaqui
- Terminal Marítimo Ponta da Madeira
- Cujupe (Terminal de ferry-boat)
- Porto da Alumar

Terminal Rodoviário
- Terminal Rodoviário de São Luís

Rodovias
- Rodovia Belém-Brasília
- Rodovia Transamazônica (BR-230)
- BR-135
- BR-316
- BR-222

Ferrovias
- Estrada de Ferro Carajás (EFC)
- Superintendência Reg. Recife (SR 1)

Cultura

Pindaré Mirim: o município de Pindaré é um município rico em cultura, conhecido como berço da cultura maranhense. Traz, no período junino, a festividade dos seus arraiais, com apresentações de várias atrações folclóricas. O principal foco dos pindareenses é o bumba meu boi: durante esse período, nos quatro cantos da cidade ouvem-se as batucadas dos tambores que aquecem-se até amanhecer o dia. Em Pindaré, existe um grupo folclórico que faz alusão a essa cultura oriunda do bumba meu boi. O Grupo Upaon-Açú é o principal grupo da região que exerce essa cultura no estado. São muito conhecidos pelo figurino apresentado durante suas danças, com roupas total e artesanalmente confeccionadas e cheias de riquezas nas suas combinações. O fundador do grupo, o Senhor Lobo da Cultura, como é conhecido, é um dos principais artesãos do grupo e cantor e compositor das toadas do bumba meu boi.

Culinária

A cozinha maranhense sofreu influência francesa,[*carece de fontes*?] portuguesa, africana e indígena. O tempero é diferenciado fazendo uso de ingredientes como cheiro-verde (coentro e cebolinha verde), cominho em pó e pimenta-do-reino. No Maranhão, é marcante a presença de peixes e frutos do mar como camarão, sururu, caranguejo, siri, pescada, robalo, tainha, curimbatá, mero, surubim e outros peixes de água doce e salgada. Além de consumir outros pratos como sarrabulho, dobradinha, mocotó, carne-de-sol, galinha ao molho pardo, todos acompanhados de farinha d'água. Da farta cozinha maranhense, destaca-se o arroz de cuxá, símbolo da culinária do Maranhão, feito com uma mistura de gergelim, farinha seca, camarão seco, pimenta-de-cheiro e o ingrediente especial - a vinagreira (hortaliça de origem africana muito comum no Maranhão).

Dentre os bolos consumidos pelos maranhenses, podem ser destacados o bolo de macaxeira e o de tapioca. As sobremesas típicas da mesa maranhense são os doces portugueses e uma infinidade de doces, pudins e sorvetes feitos de frutas nativas como bacuri, buriti, murici, jenipapo, tamarindo, caju, cupuaçu, jaca etc.

A juçara (ou açaí) é muito apreciada pelos maranhenses, consumida com farinha, camarão, peixe, carne-de-sol ou mesmo na forma de suco, sorvete e pudim. Dada a importância da juçara na cultura maranhense, é realizada anualmente a Festa da Juçara.

A panelada, um cozido preparado a partir das vísceras da vaca, é popular em Imperatriz, segunda maior cidade no interior do estado, é oferecida em diversos pontos da cidade.

Pontos turísticos

Na capital maranhense, patrimônio cultural da humanidade, encontramos a maior parte dos valores históricos do estado. Com mais de 3 500 imóveis dos séculos XVIII e XIX, é referência no Brasil em termos de arquitetura colonial brasileira, principalmente nas fachadas das casas do Centro Histórico de São Luís. A uma hora de barco, saindo da capital, podemos encontrar Alcântara, outro ponto de referência histórico/arquitetônico do estado.



Prefeitura e Câmara Municipal de Alcântara

No que se refere a turismo religioso, o Maranhão possui três eventos importantes. Um deles acontece em Junho, na capital maranhense, onde são feitas festas em homenagem a Santo Antônio, São João, São Pedro e São Marçal. Já em Alcântara, no segundo domingo de agosto, acontece a

festa de São Benedito. Também lá, em maio, acontece a Festa do Divino, o mais badalado evento profano-religioso do Estado.

Principais municípios turísticos

O Centro Histórico de São Luís foi tombado como Patrimônio Cultural da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

- São Luís. É rica em manifestações culturais, como: o bumba meu boi,tambor de crioula, cacuriá, dança portuguesa, quadrilhas juninas, *reggae* e outras. Possui o maior conjunto arquitetônico de azulejos portugueses da América Latina. Possui uma vasta área de praias de água salgada. Possui uma culinária peculiar da cidade, como: o cuxá, o arroz de cuxá, o peixe frito e a famosa torta de camarão. A cidade possui uma vida noturna muito movimentada, possuindo muitos bares, restaurantes, clubes de festas, teatros, cinemas e muitos *shows* de artistas locais, nacionais e internacionais. A vida noturna ocorre todos os dias da semana. É uma cidade com muitas opções de lazer e divertimentos.

- Alcântara. É uma cidade histórica. Tem como principal atração a festa do Divino Espírito Santo no mês de maio. A base de lançamento de foguetes está localizada nesse município. Possui muitos prédios em ruínas que foram tombados pelo Patrimônio Histórico Estadual.

- Barreirinhas. É o município portal dos lençóis maranhenses. Possui um grande rio chamado Preguiças que é uma das atrações do município. Possui vários bares, restaurantes e hotéis de ótimas qualidades que recebem os milhares de turistas que vêm conhecer os lençóis.

- Pindaré Mirim. Conhecido como berço da cultura maranhense, Pindaré Mirim traz, no período junino, a festividade dos seus arraiais, com apresentações de várias atrações folclóricas, mas o principal foco dos pindareenses e turistas é o bumba meu boi. Durante esse período, nos quatro cantos da cidade ouvem-se as batucadas dos tambores que aquecem-se até o amanhecer o dia com as danças.

- Carolina. Tem, como atrações, as cachoeiras e o Parque Nacional da Chapada das Mesas. Está na região das Águas Maranhenses. As principais cachoeiras turísticas são Pedra Caída e Itapecuruzinho. A cidade possui, também, importância histórica, pois suas ruas são todas calçadas de pedra-sabão, possuindo também um conjunto de casario colonial.

- Caxias. É conhecida como a Princesa do Sertão Maranhense. No passado, concorria de perto com a capital São Luís em termos de economia. Atualmente, possui uma economia modesta. A principal atração turística é o balneário Veneza, que é um local de rio.

- São José de Ribamar. É um município da Ilha de São Luís. É uma cidade balneária de águas salgadas. Possui, como atrações: a Procissão de São José no mês de setembro, o lava-pratos (o carnaval fora de época mais antigo do Brasil), que acontece no domingo seguinte do domingo de carnaval e o lava-boi que acontece no mês de julho. A cidade é conhecida pela culinária do peixe frito nos bares e restaurantes.

- Raposa. É um município da Ilha de São Luís. Destaca-se por suas praias. Possui um comércio de rendas (toalhas,colchas,cobertores etc.) feitas por mulheres de ascendência cearense. Possui muitos bares que servem peixes. Ultimamente, o município tem se destacado nas pequenas dunas existentes, chamadas de fronhas maranhenses. Estas fronhas estão localizadas principalmente na Ilha de Carimã. A cidade oferece passeios de barcos, banhos em rios e passeio em trilhas.

- Pinheiro. É conhecida como a Princesa da Baixada Maranhense por ser a mais bonita dessa região. Possui, como atrações turísticas, os campos onde ficam os búfalos. Esses campos são pântanos, por essa razão é também conhecida como a Cidade do Pantanal Maranhense.

- São Bento. É conhecida por seus campos (regiões alagadas onde podem ser observadas inúmeras espécies de aves), pelo seu artesanato (redes e confecções feitas a partir do babaçu), pelas manifestações culturais nos períodos juninos, além dos festejos religiosos que acontecem durante o ano.

- São João dos Patos. Tem um dos melhores carnavais do estado. Cidade festeira, destacando eventos como Expoertão em maio, Festejos de São João e São Francisco e Patos Folia em julho (considerada a melhor micareta do interior).

Órgãos maranhenses

- Tribunal de Justiça do Maranhão
- Tribunal Regional do Trabalho da 16a Região
- Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão
- Universidade Federal do Maranhão
- Universidade Estadual do Maranhão
- Instituto Federal do Maranhão
- Centro Universitário do Maranhão
- CAEMA- Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão
- CEMAR- Companhia Energética do Maranhão
- Departamento Estadual de Trânsito do Maranhão- DETRAN-MA
- ETEMA-Escola Técnica Estadual do Maranhão

Economia do Maranhão

Agricultura

==Economia do Maranhão, que é um país bem pobre , A agricultura maranhense é a principal atividade econômica do Estado, considerando o seu nível de desenvolvimento que ainda é bastante reduzido, podemos caracterizar a agricultura maranhense como:

Arcaica: A maioria dos agricultores maranhenses, ainda utilizam sistema de roça de herança indígena, utilizando técnicas, recursos e instrumentos rudimentares tais como: rotação de terra, energia humana e animal, enxada, foice, facão, machado, sacho, etc.

Policultura de subsistência: Os produtos na roça são cultivados sob a forma de consórcios e destinados principalmente a manutenção da família.

Baixa produtividade O modo de uso do solo e as técnicas utilizadas proporcionam baixo rendimento dos produtos por áreas cultivadas.

Dependência da natureza: A atividade agrícola do maranhão está condicionada aos elementos naturais, como o clima e o solo, assim as áreas do solo naturalmente férteis como os vales fluviais são mais explorados.

Produtos tropicais: Considerando a dependência natural do agricultor maranhense aliada a técnicas primitivas, os produtos maranhenses são tipicamente tropicais.

Atividades

A Roça

Prática agrícola de origem indígena praticada em todo espaço maranhense que consiste nas seguintes etapas:

Demarcação da área a ser utilizada

Brocagem devastação das árvores de pequeno e médio porte com ao utilização da foice ou do facão;

Derruba – consiste no corte das árvores maiores com a utilização do machado geralmente 10 a 15 dias após a brocagem.

Aceiramento – limpeza do espaço contornando o perímetro da área devastada (em média 3m) para evitar a propagação do fogo em áreas não desejadas:

Queima – realizada em torno de 15 dias após a derruba, dependendo da situação das árvores cortadas (devem estar bem secas), da umidade e do vento.

Envaramento (Coivara ou Encoivaramento) – após o esfriamento da área queimada, começa a limpeza com a retirada dos gravetos não transformadas em cinzas e as estacas que serão utilizadas na construção da cerca;

Cercagem – como o pequeno agricultor cria animais soltos, a área destinada a agricultura é cercada para evitar uma possível invasão dos animais;

Plantio – numa roça planta-se sob forma de consórcio, vários produtos como milho, feijão, mandioca, etc.

Colheita – realizada inicialmente com leguminosas (feijão, maxixe, quiabo, etc.) depois o arroz e por último a mandioca;

Capoeira – após a colheita do último produto a roça é abandona, a porteira é aberta e passa a ser alvo de engorda do rebanho;

O processo de cultivo na roça tem início no mês de julho e agosto e encerra após a última colheita em maio ou junho.

A Pecuária

A pecuária maranhense se caracteriza por ser o tipo extensiva, onde os rebanhos são criados soltos, pastando naturalmente sem cuidados técnicos, apresentando baixa produtividade.

Os principais rebanhos

Bovinos: Criado em todo espaço maranhense, este rebanho desempenhou importante papel no povoamento do interior do Estado. Hoje é o rebanho mais importante economicamente, sendo criado por toda a população rural, desde o pequeno produtor, onde o gado é criado solto, ocupando principalmente as capoeiras o centro-leste do Estado, até as grandes fazendas do centro-oeste, onde há maiores cuidados e o gado é destinado a produção de carne e leite.

Suíno: Também criado pelo pequeno e grande pecuarista, sendo o segundo principal rebanho do Estado, onde nos arredores das maiores cidades vem passando por um aprimoramento, aumentando a produtividade, no entanto a maior criação é do pequeno pecuarista, sendo a mesma criada solta, condicionada as pastagens naturais.

Caprino e Ovino: Rebanhos sem grande expressão na pecuária maranhense, sendo voltado mais para o consumo familiar, pois os seus produtos são mais raros para o consumidor maranhense. A principal área de criação é o centro-leste do Estado.

Bubalino: Rebanho criado nos campos alagados da baixada maranhense, fazendo do Maranhão o segundo criador nacional. Embora não seja explorado comercialmente, o búfalo vem assumindo importante papel na produção alimentar, apesar do rebanho apresentar ritmo de crescimento bastante lento em relação aos demais.

Aves Liderado pela galinha este é um rebanho que assume um importante papel na alimentação do trabalhador urbano de baixa renda, pois os baixos custos tem proporcionado a redução dos preços em relação às outras fontes.

Equinos, Muares e Asininos: São rebanhos de grande importância no transporte para o pequeno trabalhador urbano rural, auxilia a criação dos outros rebanhos.

Localização

Bovinos: Açailândia, Santa Luzia, Imperatriz e Riachão.

Suíno: Caxias, Pinheiro, Codó e Santa Luzia.

Bubalino: Pinheiro, Viana e Cajari.

Caprino: Caxias, Chapadinha, Buriti e Codó, São Francisco do Ma, Barão de Grajaú.

Equino: Codó, Caxias e Lago da Pedra.

Asinino: Caxias, Barra do Corda, Bacabal e Lago da Pedra.

Muares: Lago da Pedra, Bacabal, Barra do Corda e Santa Luzia.

Aves: São José de Ribamar, Paço do Lumiar, Santa Luzia, Imperatriz e São Luis.

cachorros ´´´ melhor comida paro os maranhenses. eu tive um amor, amor tao bonito daqueles que matam de raiva

Atividades Extrativistas

Extrativismo Animal

Os diferentes Biomas, formações litorâneas, estuários, cerrados, campos inundáveis, lagos, formações florestais e cocais refletem na grande diversidade de espécies na fauna maranhense, que retribui na contribuição para sobrevivência de muitas espécies vegetais, pois têm papel fundamental na origem e recuperação pedóloga, assim como são indicadores vivos das condições ambientais e produtividade dos ecossistemas.

Pesca

O Maranhão encontra-se entre os grandes pescadores nacionais, embora a atividades pesqueira no Maranhão ainda seja praticada de forma bastante primitiva com o uso de instrumentos artesanais. O litoral maranhense é bastante favorável à pesca devido os seguintes fatores: a extensão, a grande plataforma continental, estuários fluviais, marés e correntes marinhas. Todos os municípios costeiros praticam a pesca seja junto a costa com as geleiras o barco a remo com destaque para a pescada, bagre, serra, corvina e tainha, ou em alto mar com pargueiros destacando-se cavala, pargo, garaupa, cioba, carachimbola capturados principalmente nas proximidades bancos de recifes.

Municípios cuja atividade pesqueira é significante: Carutapera, Luis Domingues, Godofredo Viana, Cândido Mendes, Turiaçu, Bacuri, Cururupu, Cedral, Guimarães, Alcântara, São Luis, Paço do Lumiar, São José de Ribamar, Axixá, Morros, Icatu, Primeira Cruz, Humberto de Campos, Barreirinhas e Tutóia.

Além da pesca marinha, o Maranhão aproveita também a piscosidade dos rios, igarapés e lagos para a atividade pesqueira. A pesca fluvial assume o papel de uma atividade a mais para a complementação alimentar e aumentar a renda familiar da população ribeirinha. Com o uso de malhadeira, Zangaria, Tapagem, Curral, rede de arrasto, espinhal, tarrafos, puçás, etc. A população ribeirinha captura várias espécies para fins alimentares ou para venda sob forma cambo como: branquinha, curimatá, piau, surubim, pescada, mandi, cascudo, traira, mandubi, etc. *Entre as grandes fontes destacam-se os rios Pindaré, Mearim, Itapecuru, Grajaú, Munin, etc.*

A pesca nos lagos é de grande importância para a economia da população local, sendo a região banhada por Lago-Açú, nos municípios de Vitória do Mearim e Pio XII o grande produtor estadual, hoje Conceição de Lago-Açú.

Molusco

Representados por Sururu, Ostras, Sarnambi dentre outros que habitam faixas litorâneas e estuários. São muito apreciados e de alto valor nutritivo representando uma fonte alternativa de subsistência às populações carentes, quer seja pelo consumo ou comercialização.

Áreas de ocorrências: Baías de Sarnambi, Tubarão, Caçambeira, Lençóis, São José, Tutóia e estuários dos rios Cururuca, Mosquitos e Coqueiros.

A produção de moluscos no Estado do Maranhão apresenta uma posição de ponta diante dos demais estados nordestinos.

Camarão: De ocorrências significativa no Estado, em área de reentrâncias, baías, golfos e igarapés, tem nos municípios de Guimarães, Cururupu, Bacuri, Tutóia, Paço do Lumiar e São José de Ribamar seus principais produtores.

www.castrodigital.com.br

Caranguejo: Largamente consumido em áreas de lazer, o caranguejo é um dos principais componentes da fauna dos manguezais, tendo os municípios da ilha e Araioses os grande produtores.

Siri

Lagosta

Guarás

Caça

Embora cada vez mais rara, a caça ainda é praticada no Maranhão para o complemento alimentar do trabalhador rural, principalmente em áreas onde não há grandes concentrações populacionais. São alvos para fins espécies de mamíferos como tatu, paca, cutia, capivara, porco-do-mato e veados do tipo catingueiro e mateiro, assim como aves para o consumo como nambu, siricora e outras, no entanto, as grandes capturas são nas jaçanãs e nos guarás ambos para fins comerciais.

Extrativismo Mineral no Maranhão

A formação geológica confere ao Estado o seu potencial mineral, cuja atividade é de pequena expressão na economia, seja pela concentração de minerais, ou seja pela forma de extração.

Entre os principais produtos, pode-se destacar:

Calcário: Bastante difundido pelo sudoeste, avançando de oeste para leste até Presidente Dutra, partindo para o nordeste, destacando-se Codó, Caxias e Coroatá. É matéria-prima para a fabricação de cimento, fertilizantes e utilizados na correção de solos.

Gipsita: Sua distribuição é semelhante ao calcário.

Ouro: Turiaçu, Maracaçumé, Cândido Mendes, etc.

Cobre: Pingado no Vale do Parnaíba.

Diamante: Balsas e Carolina

Opala: Porto Franco

Urânio: Imperatriz

Água Mineral: São José de Ribamar, São Luis, Caxias e Imperatriz

Granito: No afloramento Pré-Cambriano nos municípios de Rosário, Morros e Axixá.

Mármore: Fortaleza dos Nogueiras e Caxias

Argila: São Luis, Paço do Lumiar, Rosário, Guimarães e Mirinzal.

Petróleo: Ocorrências em Barreirinhas.

Enxofre: Tutóia e Barreirinhas

Sal Marinho: É o principal produto do extrativismo mineral, onde o Maranhão possui a quarta produção nacional, sendo superado pelo Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, e Ceará. A extração ocorrer principalmente em Tutóia, Humberto de Campos, Araioses e Primeira Cruz.

Manganês e Ferro

*No município de Pirapemas há ocorrências de gás de potássio.*e ja esta resumido

Extrativismo Vegetal no maranhão.

Beneficiado pela situação geográfica as condições naturais e a grande variedades de paisagens, principalmente a mata característica. O extrativismo maranhense se destaca no cenário nacional pela quantidade e variedades de produtos, sendo uma das principais atividades econômicas do Estado. Entre os produtos podemos destacar:

Babaçu: *(Obygnya martiana)* É a maior riqueza do extrativismo maranhense, pois trata-se do produto de exportação mais importante do Estado. O Maranhão apresenta a maior produção nacional. O babaçu é extraído pelo pequeno agricultor de forma bastante rudimentar, principalmente pela população feminina, onde a renda é obtida e trocada por gêneros de consumo nas quitandas. Os maiores focos dos babaçuais encontram-se nos vales dos principais rios maranhenses, na mata de transição.

Jaborandi ou arruda: *(Pilocarpus jaborandi)* É um arbusto da família das rutáceas que, no Brasil ocorre na Amazônia Oriental, sendo o Maranhão o grande produtor nacional. Desta planta extrai-se uma substância denominada policarpina, longamente utilizada na indústria farmacêutica. A maior extração desse produto ocorre nos meses secos no município de Arame, Morros, Barra do Corda, Santa Luzia e São Benedito do Rio Preto.

Madeira em tora: A Amazônia Oriental penetra no oeste maranhense, apresentado-se menos densa, associada ao processo de ocupação da porção ocidental do Estado e a implantação de siderúrgicas na região, tem acelerado o processo de extração de madeira em tora no Brasil.

Entre as espécies destacam-se o pau-d'arco ou Ipê, Jatobá, Maçaranduba, Mogno, Angelim e outros. No cerradão o potencial madeireiro é pouco, salva-se quando há ocorrências de espécies como Sucupira, Maçaranduba e Jatobá, por outro lado o cerrado volta-se a produção de lenha e construção de cercas através dos mourões.

Outros produtos de extração vegetal		
Produto	**Extração no Maranhão**	**Prod. Nacionais**
Carvão Vegetal	Em todo MA, principalmente Açailândia, Sta. Quitéria do MA	MG, GO, MS e MA
Lenha	Extraído do Leste e Oeste MA, destacando-se Caxias	BA, CE, MG e MA
Cera de Carnaúba	Baixo Parnaíba e Pinheiro	PI, CE, RN e MA
Fibra de Carnaúba	Município de Pinheiro	CE, MA e PI
Fibra de Buriti	Lençóis Maranhenses em Tutóia	PA, MA e BA
Tucum	Santa Rita, Anajatuba e Magalhães de Almeida	PI, MA e BA
Açai	Município de Cururupu	PA, AM e AP
Castanha de Caju	Município de Zé Doca	BA, PE, CE e RN
Pequi	Município de Timon	GO, MG, BA e

		PI

Energia

A energia elétrica no Maranhão é distribuída pela Companhia Energética do Maranhão, e é oriunda de dois sistemas operacionais. Companhia Hidrelétrica de São Francisco: Através da Hidrelétrica Presidente Castelo Branco ou Boa Esperança no Rio Parnaíba, responsável pelo abastecimento hidrelétrico do Nordeste Ocidental (MA e PI).

Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A: Através da Hidrelétrica de Tucuruí no Rio Tocantins, fornecedora da energia para os Projetos Econômicos, inclusive a cidade de São Luis e mais recentemente um grande número de municípios de Baixada.

Industrialização

Passado

A estrutura econômica do Maranhão até ao século XIX esteve sob forte influência da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão calcado no modelo pombalino, onde o espaço maranhense deveria voltar-se para a monocultura algodoeira ou canavieira, ambas voltadas para a exportação. A primeira foi superada pela produção e qualidade Norte Americana, no entanto, foi matéria prima de ponta na indústria maranhense do século XIX, a Segunda, que ocupou o lugar do algodão, também sofreu concorrência, desta vez, das antilhas, particularmente a Cubana que superou os arcaicos e despreparadas engenhos do vale do Itapecuru e Pindaré.

A produção agro-industrial maranhense do século XIX alternava-se em concorrências, sendo superada pelo mercado internacional que era um grande entrave para os focos do progresso de pouca durabilidade, articulado pela transição do escravismo para o assalarialismo, onde o Maranhão gradativamente perdia posições no contexto brasileiro.

O declínio da economia maranhense no final do século XIX acarretará em último momento a formação do parque industrial, visto que a aristocracia rural necessita urgentemente de uma nova atividade que se somasse a ela,pois,a crise ocasionada pela falência em massa dos engenhos e fazendas algodoeiras fez com que isso acontecesse. O investimento na transferência de atividade impulsionou um crescimento periódico baseado nas indústrias de pequeno e médio porte voltados para a produção de bens de consumo: calçados, produtos têxteis, fósforo, pregos, etc.

A inexistência do setor agrícola forte, principalmente algodoeiro, assim como a falta de industria de base, o frequente êxodo rural e a venda de grandes propriedades rurais a preços baixos, parque fabril entra em crise, pois a euforia da indústria, além de passageira, impulsionou o aumento da dependência econômica do Estado, assim como, sua decadência frente ao restante do pais, pois muitas fábricas, não saíram da planificação deixando assim uma parcela da indústria têxtil como responsável pela manutenção da economia local, ainda que de forma frágil e debilitada, dependendo exclusivamente das flutuações do mercado internacional e das pequenas quedas dos seus concorrentes, acarretando a falência gradativa do setor que sobrevive até a metade do século XX.

Principais Industrias do Setor Algodoeiro e de Fibras Animais e Vegetais

Companhia de Fiação e Tecidos Maranhense: Criada em 1888/1890, localizada no bairro da Camboa (atualmente prédio da AUVEPAR/Difusora). Faliu em 1970. Era a mais antiga fábrica do Maranhão; 300 teares, produção 1.800.000 metros de riscados anual.

Companhia de Fiação e Tecelagem de São Luis: Criada em 1894. Localizada a Rua São Panteleão junto a CÂNHAMO. Faliu em 1960. Empregava 55 operários; 55 teares para uma produção anual de 350.000 metros de tecidos.

Companhia Lanifícios Maranhenses: Era localizada na atual Rua Cândido Ribeiro (mais tarde passou a denominar-se Fábrica Santa Amélia), integrando o grupo cotonifício Candido Ribeiro. Faliu em 1969, produzia 440.000 metros/ano empregando 50 operários.

Companhia Progresso Maranhense: Criada em 1892, era localizada no atual prédio do SIOGE Rua Antonio Royal (antiga Rua São Jorge). Vide efêmera 150 teares para uma produção anual de 70.000 metros/ano, 160 operários.

Companhia Manufatureira e Agrícola do Maranhão: Fábrica de tecido de Codó, criação em 1893. Produzia 750.000 metros/ano, 250 operários na fiação e tecelagem.

Companhia Fabril Maranhense: Criada em 1893, era localizada na Rua Senador João Pedro, Apicum (atualmente depósito central do Grupo Lusitana), produção anual 3 milhões de metros, 600 operários, faliu em 1971.

Companhia de Fiação e Tecido do Rio Anil: Criada em 1893, localizada no Bairro do Anil (atualmente Centro Integrado do Rio Anil (CINTRA), escola pertencente a Fundação Nice Lobão). Faliu em 1966 pertenceu ao grupo Jorge & Santos, produção 1 milhão metros/ano, 100 operários.

Companhia de Fiação e Tecido do Cânhamo: Criada em 1891, atualmente transformada no Centro de Produção Artesanal do Maranhão (CEPRAMA); na Rua Senador Costa Rodrigues. Pertenceu ao Grupo Neves Sousa. Faliu em 1969, produção anual 1.500.000 metros/ano, 250 operários.

Companhia Industrial Caxiense (Caxias Industrial): Criada em 1880, 130 teares para 250 operários.

Companhia de Fiação e Tecidos: Fábrica manufatora criada em 1889, era localizada na Praça Pedro II, atualmente transformada em Centro de Produção Cultural de Caxias. Faliu em 1950, 220 teares para 350 operários.

Companhia Industrial Maranhense: Criada em 1894, localizada a Rua dos Prazeres em São Luis, 22 teares para 50 operários, 120 t/ano.

Fábrica de Tecidos e Malhas Ewerton: Criada em 1892, localizada a Rua de Santana; 500 metros de tecidos e 400 dúzias de meias/mês.

Fábrica Sanharô: Edificada em Trizidela município de Caxias; 300 mil metros de tecidos/ano.

Fábrica São Tiago (de Martins Irmão & Cia): Localizada no antigo prédio da CINORTE e Depósito Martins.

Cotoniere Brasil Ltda.: Criada na década de trinta, empresa de origem francesa subsidiária da LILI, tinha por objetivo abastecer aquela indústria de algodão de alta qualidade, desativada após 1945.

Presente

“O Maranhão está passando por uma profunda transformação da era da agricultura tradicional de subsistência para a era da industrialização da enxada a indústria pesada. O Projeto Ferro Carajás, o arcabouço de um processo industrial único no mundo, é sem dúvida alguma, uma marca histórica, que de

maneira rápida e irreversível, vem mudando o Maranhão da década de 1970, o Maranhão do lavrador e da grilagem, do salário baixo e do biscaite, do cabresto político e da corrupção". (Frans Gistelinck)

Passado o período em que se deu o auge da indústria têxtil no Maranhão, que foi superada pela precariedade de tecnologia, o extrativismo vegetal e a agricultura de subsistência ocupam a ponta da economia maranhense, no entanto, nos últimos anos vem ocorrendo transformações na agricultura e na indústria, a partir do momento em que o Estado vem se posicionando como corredor de minérios, produtos, agrícolas e indústriais.

Com a decadência têxtil nos meados do século, a industrialização maranhense passa para a de gêneros alimentícios, utilizando como matéria-prima os produtos de extração vegetal e principalmente os produtos oriundos da agropecuária.

Iniciando um processo de infra-estrutura na década de 1960 com construção de portos do Itaqui e a Hidrelétrica de Boa Esperança, o Maranhão não espera sua vocação industrial, despontando como um dos mais importantes pólo industrial do futuro do Brasil. Tal vocação foi alimentada na década de 1980 com a construção da Estrada de Ferro Carajás, do terminal da Companhia Vale do Rio Doce e do complexo de produção de Alumina e Alumínio do Consórcio ALUMAR.

O Maranhão aguarda a implantação da ZPE-MA (Zona de Processamento de Exportação), ou espécie de zona de livre comércio, que oferece a melhor infra-estrutura portuária e de transporte rodo-ferroviário do pais além de incentivos fiscais, beneficiando empresas nacionais e estrangeiras que se habilitem a produzir bens destinados ao mercado externo.

Enquanto a espera pela ZPE-MA, os incentivos momentâneos são oriundos do Governo Estadual através do PRODEIN Programa de Desenvolvimento Industrial e do FDIT Fundo Estadual de Desenvolvimento Industrial e Turístico e de âmbito federal através do BNDES, BB, CEF, SUDENE e SUDAM com recurso do FINOR e FINAM respectivamente.

Distritos Indústriais

O Maranhão conta 7 distritos industriais, das quais 3 (São Luis, Imperatriz e Balsas), e estão implantados e os restantes (Rosário, Santa Inês, Bacabal e Açailândia), em fase de implantação, todos localizados às margens ou em áreas que sofrem influência da Estrada de Ferro Carajás.

O Distrito Industrial mais importante do Estado é o de São Luis, situado a sudoeste da Ilha, onde estão instaladas as fábricas de Aluminia e Alumínio da ALUMAR (considerado uma das maiores do mundo), duas cervejarias (BRAHMA e ANTARCTICA) e aproximadamente 40 outras empresas que atuam nos setores Químicos, Têxtil, Gráfico, Imobiliário, Metalúrgicos, Metal Mecânico, Alimentos, Aliagenosas, Fertilizantes, Cerâmicos e Artefatos de Borracha e Cimento entro outros.

Tipos de Indústrias

Indústrias de Produtos Alimentícios: Destacam-se beneficiamento de arroz, panificação, oleaginosas e beneficiamento de produtos da agropecuária em geral. Principais Centros São Luis, Imperatriz, Caxias, Barra do Corda, Codó, Santa Inês, Santa Luzia, Açailândia, Pedreiras, Presidente Dutra, Bacabal e Zé Doca.

Indústria Madeireira: Açailândia, São Luis, Imperatriz, Amarante do Maranhão, Grajaú, Barra do Corda, Santa Luzia do Paruá e Cândido Mendes.

Construção Civil: São Luis, Caxias, Bacabal, Timon, Açailândia e Imperatriz.

Indústria de Minerais não Metálicos: São Luis, Rosário, Imperatriz, Grajaú, Timon e Caxias.

Indústria Mecânica: São Luis, Imperatriz, Açailândia, Santa Inês e Balsas.

Indústria Metalúrgica: São Luis, Imperatriz, Pedreiras e Açailândia.

Indústria do Mobiliário: São Luis, Imperatriz e Açailândia.

Indústria de Serviço de Reparação e Conservação: São Luis, Bacabal, Imperatriz e Santa Inês.

Indústria de Vestuário e Calçados: São Luis, Imperatriz, Bacabal e Caxias.

Indústria Gráfica: São Luis e Imperatriz

Indústria Diversas: São Luis, Imperatriz, Açailândia, Bacabal, Santa Inês e Barra do Corda.

Outros ramos industriais:

Extração Mineral: São Luis e Imperatriz

Material de Transporte: São Luis

Papel, Papelão e Borracha: São Luis

Química: São Luis, Imperatriz e Bacabal

Perfumaria, Sabão e Vela: Caxias, São Luis e Bacabal

Têxtil: São Luis

Utilidade Pública: São Luis

Álcool Etílico: São Luis e Pará

Estabelecimento e Pessoal Ocupado

De acordo com a distribuição das atividades do setor secundário maranhense, quando estudada isoladamente, pode-se imaginar um Estado bastante industrializada, no entanto, a posição maranhense em relação as demais unidades da Federação ainda bastante insignificante, pois a indústria no geral apresenta-se ainda sob a forma artesanal inclusive com o pessoa bastante reduzido.

Indústria	Estabeleci-mento	Pessoal Ocupa-do(%)

Extração Mineral	6,5	5,0
Prod. Min. Não Metálicos	7,0	7,0
Mecânica	18,0	3,5
Madeira	18,0	18,5
Mobiliária	5,5	2,5
Vestiário/Calçados	5,5	2,0
Alimentícia	27,5	2,0
Construção Civil	9,0	17
Metalúrgica	6,0	11,5
Gráfica	3,0	3,0
Outros	4,5	5,5
Serviço Representação	5,0	*Incluídos em Outros*
Diversos	3,0	*Incluídos em Outros*
Mat. Elétrico/Comunicação	*Incluídos em Outros*	2,0
Bebidas e Álcool	*Incluídos em Outros*	2,5
Total	*100*	*100*

Principais Indústrias

Algumas indústrias destacam-se pela produção e grande números de funcionários empregados como:

ALUMAR: Indústria de base que resultou do consórcio das multinacionais ALCOA que possui a maior parte das ações e BILLITON. Localizada no Sudoeste da Ilha, na localidade denominada Coqueiro, esta empresa opera do beneficiamento da bauxita, oriunda do Vale do Rio Trombetas(PA), produzindo aluminia e alumínio.

Total de Funcionários: 2.273

PROJETO GRANDE CARAJÁS: esse projeto envolve os Estado do Pará, Maranhão e Tocantins e consiste na extração de minérios, principalmente de ferro, da Serra dos Carajás, sendo transportado pelo trem da Vale (antiga CVRD), Companhia responsável pela exploração mineral na região, através da Estrada de Ferro Carajás até o Porto da Ponta da Madeira, em São Luis, localizado na Bahia de São Marcos, onde é exportado para os países desenvolvidos.

Total de funcionários: 2.000

TELECOMUNICAÇÕES DO MARANHÃO

Total de funcionários: 958 (São Luis)

CIA DE ÁGUA E ESGOTOS DO MARANHÃO

Total de funcionários: 3.240 (São Luis)

OLEAGINOSAS MARANHENSES S.A.

Total de funcionários: 356 (São Luis)

CERVEJARIA EQUATORIAL

Total de funcionários: 223 (São Luis)

CIA MARANHENSE DE REFRIGERANTES

Total de funcionários: 440 (São Luis)

INDÚSTRIA DE BEBIDA ANTARCTICA DO NORDESTE S.A.

Total de funcionários: 365 (São Luis)

CONSTRUTORA PARENTE

Total de funcionários: 200 (São Luis)

DUCOL ENGENHARIA LTDA.

Total de funcionários: 440 (São Luis)

EIT EMPRESA DE INDÚSTRIA TÉCNICA

Total de funcionários: 463 (São Luis)

ESTRAL ESCAVAÇÕES E TRANSPORTE

Total de funcionários: 210 (São Luis)

CERVENG E COMP. ASSESSORIA DE ENGENHARIA

Total de funcionários: 216 (São Luis)

CIA SIDERÚRGICA VALE DO PINDARÉ

Total de funcionários: 297 (Açailândia)

VIENA SIDERÚRGICA DO MARANHÃO S.A.

Total de funcionários: 415 (Açailândia)

AGRINCO INDÚSTRIA MADEIREIRA LTDA.

Total de funcionários: 462 (Açailândia)

CIKEL COMPANHIA E INDÚSTRIA KEILA S.A.

Total de funcionários: 439 (Açailandia)

GRAMACOSA S.A.

Total de funcionários: 261 (Açailândia)

FIBRAL

Total de funcionários: 200 (Bacabal)

COMPENORTE LTDA.

Total de funcionários: 213 (Imperatriz)

MADEIREIRA PINTO LTDA

Total de funcionários: 200 (Imperatriz)

LOWEN IND. LAMINADOS DO MARANHÃO

Total de funcionários: 200 (Imperatriz)

CASEMA IND. E COMPANHIA LTDA.

Total de funcionários: 200 (Imperatriz)

CONSTRUTORA SULTEPA S.A.

Total de funcionários: 285 (Imperatriz)

DESTILARIA CAIMAN S.A.

Total de funcionários: 300 (Campestre do Maranhão)

ESTACON ENGENHARIA S.A.

Total de funcionários: 202 (Presidente Dutra)

FONTE: FIEMA

Comércio

O intercambio comercial do Maranhão, assim como qualquer outro espaço subdesenvolvido, é realizado com áreas do país de maior potencial econômico, onde fornece produtos primários e importa produtos manufaturados. Com a implantação dos grandes projetos, o comércio maranhense vem se expandido alcançando uma escala internacional, porém no fornecimento de matéria-prima. Os produtos industrializados importados pelo Maranhão, alcançaram preços elevados devido os custos de transportes e impostos, pois o Maranhão está distante dos centros industriais do Brasil e o meio de transporte mais utilizados é o rodoviário, de grandes custos.

A pecuária maranhense se caracteriza por ser do tipo extensiva, na qual os rebanhos são criados soltos, pastando naturalmente sem cuidados técnicos, apresentando baixa produtividade.

O SISTEMA DE TRANSPORTES

No Maranhão, o subsistema rodoviário desempenha papel de grande importância no apoio às atividades econômicas.

O Maranhão possui 53.001 km de estradas, dos quais apenas 4.926 km são pavimentados.

Quanto ao transporte ferroviário, a Estrada de Ferro Carajás - EFC corta o Estado, ligando a Serra de Carajás, no estado do Pará, ao porto de Ponta da Madeira, em São Luís.

O trecho já concluído e em operação da Ferrovia Norte-Sul conecta a EFC a Estreito, numa extensão de 215 km.

Através da Companhia Ferroviária do Nordeste, São Luís liga-se a Teresina e às demais capitais do Nordeste.

O estado do Maranhão conta com dois importantes portos marítimos, Itaqui e Ponta da Madeira, este último voltado para a exportação de minério de ferro proveniente da Serra de Carajás, no Pará.

No Programa de Arrendamento de Áreas e Instalações Portuárias o porto de Itaqui já arrendou 10 lotes com 107 mil m^2 e prevê o arrendamento a médio prazo de 6 lotes com 70 mil m^2.

Em relação às hidrovias, os rios do Maranhão pertencem à bacia do Nordeste, formada principalmente por três grandes rios: o Mearim, o Pindaré e o Grajaú.

Não existem portos organizados
ao longo dos rios e o transporte é incipiente, sendo realizado por pequenas embarcações de, no máximo, 5 toneladas, que servem, principalmente, às populações ribeirinhas no transporte de sua produção, alguns insumos básicos e passageiros.

O rio Tocantins, que passa a noroeste do Estado, apresenta trechos de corredeiras e ressente-se com a falta de eclusa em Tucuruí, não sendo, portanto, utilizado para a navegação.

Em 15/6/98 foram assinadas as ordens de serviço para a retomada das obras das duas eclusas de Tucuruí.

As eclusas previstas para serem inauguradas em 2002 vão abrir um corredor de 1,5 mil km na hidrovia Araguaia-Tocantins, permitindo a navegação desde Nova Xavantina(MT) e Aruanã(GO) até Barbacena(PA). A previsão é de que o custo do frete dos produtos agrícolas do Centro-Oeste baixe de US$ 50 para US$ 10.

O TRANSPORTE RODOVIÁRIO

Dos 53.001 km de rodovias do Maranhão, 3.464 km são federais, 5.161 km são estaduais e 44.376 km municipais.

As principais rodovias federais são as BRs 010, 135, 222, 226, 230 e 316.

A BR-010, Belém - Brasília, que liga o Maranhão ao Sul do país, encontra-se em condições regulares.

A BR-135 liga São Luís ao sul do Piauí. A BR-222, que atravessa o Estado ligando Açailândia (Entr. BR-010) ao nordeste do Maranhão, encontra-se com o trânsito precário em vários trechos.

A BR-226 atravessa o Estado de Porto Franco, divisa com o estado de Tocantins até Timon, na divisa com o Piauí.

A BR-230 atravessa o sul do Estado e a BR-316 corta o Maranhão de leste a oeste, desde Timon (divisa MA/PI) até a divisa MA/PA. Esta rodovia, que liga o Maranhão a Belém (PA) e a Teresina (PI), encontra-se com trânsito regular, pista com defeitos ao longo do trecho e sinalização deficiente.

O Ministério dos Transportes implantou o "Programa de Revitalização dos Eixos Rodoviários" com o objetivo de revitalizar os principais eixos rodoviários da Malha Federal, sob jurisdição do Governo Federal, responsáveis pelos maiores fluxos de carga e passageiros no País. O valor previsto para o programa em 1999 foi de R$ 42 milhões, com extensão da malha a ser atingida de 15.771 km.

No estado do Maranhão foram aplicados no programa em 1999 R$ 4,3 milhões nos seguintes trechos:

BR-010 - Entr. BR-226 à Div. MA/PA, com 250 km de extensão.

BR-135 - Acesso Aeroporto Tiririacau ao Entr. BR-316, com 224 km de extensão.

BR-222 - Entr. BR-135 ao Entr. BR-010, com 463 km de extensão.

BR-316 - Div. PA/MA - Div. MA/PI com 620 km de extensão.

Foi realizado também o "Programa de Conservação Rotineira" com o objetivo de executar imediatamente todos os serviços de conservação rotineira dos trechos não atingidos pelo "Programa de Revitalização dos Eixos Rodoviários Nacionais".

O valor previsto para este programa, em 1999, foi de R$ 66,3 milhões sendo R$ 38,1 milhões para conservação e R$ 28,2 milhões para restauração.

No estado do Maranhão foram aplicados recursos de R$ 1,1 milhão, nos contratos de conservação e R$ 3,8 milhões, nos contratos de restauração.

O Ministério dos Transportes pretende iniciar em setembro o Programa Integrado de Recuperação e Conservação da Rede de Rodovias Federais - CREMA.

Este programa objetiva a execução, por um período de 5 anos, de serviços de recuperação e manutenção em um conjunto de trechos de rodovias federais, envolvendo segmentos em bom estado e trechos em condições estruturais ou funcionais deficientes.

www.castrodigital.com.br

A 1ª etapa do programa contemplará 5.793 km de rodovias federais e estima-se a aplicação de recursos da ordem de US$ 230 milhões.

No estado do Maranhão constam do programa os trechos:

BR-010 - Entr. BR-226 (Estreito) à Div. MA/PA com 250 km de extensão.

BR-316 - Div. PA/MA ao entr.MA-008 com 320 km de extensão.

BR-316 - Entr. MA-008 à Div. MA/PI, com 300 km de extensão.

BR-135 - São Luis ao entr. BR 316 com 206 km de extensão.

O TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE CARGA

O sistema ferroviário do Maranhão conta com 1.365 km, sendo 809 km da Estrada de Ferro Carajás, 215 km da Ferrovia Norte - Sul e 459 km da Companhia Ferroviária do Nordeste.

Estrada de Ferro Carajás

A Companhia Vale do Rio Doce - CVRD iniciou, em meados dos anos 70, a implantação do Projeto Ferro Carajás, um sistema mina-ferrovia-porto, que em 1994 respondeu pela produção de 39,5 milhões de toneladas de minério de ferro.

A Estrada de Ferro Carajás, com uma extensão total 1.076 km e bitola de 1,60 m, funciona em perfeitas condições operacionais atendendo aos requisitos para os quais foi projetada.

A geometria da via e as soluções técnicas conceituadas enquadram a ferrovia nos melhores padrões técnicos existentes para transporte de minério. A Estrada de Ferro Carajás caracteriza-se pela ausência de túneis e reduzido número de obras-de-arte (apenas 63 pontes e viadutos que, juntos, totalizam 11,3 km).

A ferrovia leva o minério ao terminal marítimo de Ponta da Madeira em São Luís do Maranhão, onde podem aportar navios com capacidade para até 360 mil toneladas. Um trecho da EFC, de 514 km, entre Açailândia e Ponta da Madeira é utilizado no transporte dos grãos produzidos no sul do estado do Maranhão.

Além de movimentar 2 milhões de toneladas entre grãos agrícolas, combustível, veículos e calcário, a ferrovia transporta, ainda, 600 mil passageiros por ano.

Ferrovia Norte - Sul

Pertencente à Valec - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. e operada pela Estrada de Ferro Carajás, a Ferrovia Norte-Sul ligará Açailândia(MA) a Goiânia(GO). O primeiro trecho, Açailândia - Imperatriz(MA), de 95 km de extensão, encontra-se em operação regular para cargas e passageiros, mediante convênio com a Estrada de Ferro Carajás.

Contemplada no Programa "Brasil em Ação" do Governo Federal, a construção do trecho entre Imperatriz e Estreito(MA), na divisa com Tocantins, com 120 km de extensão, foi concluído em 1999.

O projeto, inserido no Eixo de Transporte Multimodal Centro-Norte, objetiva desenvolver e implementar, em cooperação público-privada, um eixo multimodal de transportes entre as regiões Norte e Sul do país que constitua uma alternativa mais econômica para os fluxos de longa distância hoje existentes. Será uma alternativa logística mais competitiva para exportações.

No âmbito do Programa de Privatização do Governo Federal, prevê-se, ainda para este ano, a privatização da Norte-Sul.

Companhia Ferroviária do Nordeste

A Companhia Ferroviária do Nordeste opera a Malha Nordeste da Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA, abrangendo as antigas SR-1 (Recife), SR-11 (Fortaleza) e SR-12 (São Luís), ferrovia localizada nos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas. A concessionária iniciou suas operações em 01/01/98.

A CFN transportou em 1999, 788,8 mil TKU de mercadoria, entre elas: cimento, álcool, derivados de petróleo, etc. A companhia investiu R$ 118,79 mil em 1999 e prevê investimentos de R$ 7,25 para o ano 2000.

O DESENVOLVIMENTO NO MARANHÃO

O Maranhão é conhecido por uma notória capacidade de se manter entre os dois ou três estados brasileiros com os piores indicadores sociais – geralmente é o pior.

Nem sempre foi assim.

Vamos avaliar a trajetória do Maranhão desde o século XIX com vistas a perceber os processos econômicos que nos levaram a esta condição inglória.

Guerras e Glórias – o século da Atenas Brasileira.

De um modo geral no século XIX a sociedade brasileira assiste a uma luta política dura todo o século. Era o processo político em que os brasileiros substituíam a elite portuguesa que dominava o país na ocasião da independência.

No Maranhão este conflito entre brasileiros e portugueses tem o seu momento mais intenso em 1831, quando maranhenses fazem um levante violento contra os portugueses que dominavam a província.

A tensão entre os maranhenses e portugueses se reproduz embora sem a mesma violência. Estes grupos encontram uma ocasião para uma aliança política frente a um perigo maior para ambos. Era a balaiada.

Em 1838, por acontecimentos mais ou menos simples, é deflagrada no maranhão uma verdadeira guerra civil. Vários grupos de pessoas pobres e excluídas na sociedade colonial se levantam contra as autoridades políticas e criam um ambiente de terror no interior do Estado.

A revolta vai até 1841, quando o agora Duque de Caxias foi enviado pelo Imperador Pedro II para pacificar o Maranhão – coisa que ele fez ao custo de muita violência.

A experiência de terror promovida pelos levantes no interior do Maranhão criou em São Luís alguns esforços coletivos que geraram grandes resultados mais tarde – entre os quais a criação de escolas.

Nas décadas seguintes o Maranhão conhece um período de paz e de prosperidade. Especialmente a partir dos anos 60 daquele século. Nesta década o Maranhão torna-se um dos grandes beneficiários da guerra civil americana.

Esta guerra destrói a economia americana, a principal fornecedora de algodão para a Inglaterra – que era a principal economia industrial no período em que a indústria têxtil era o principal ramos da indústria.

Com a Guerra os ingleses precisam de novos fornecedores de algodão, e o Maranhão é um deles. Neste período o Maranhão se torna um grande produtor de algodão e fica muito rico com esta cultura.

É neste período que o Maranhão se torna aquilo que nós chamamos de Atenas Brasileira. Neste período da história o Maranhão reunia os grandes intelectuais do país. Especialmente um grupo de cinco grandes pensadores brasileiros era maranhense, vivia em São Luís e dava aulas no Liceu Maranhense. Eram eles o maior poeta brasileiro – Gonçalves Dias; o maior matemático brasileiro – Gomes de Sousa; o maior gramático e filólogo brasileiro – Sotero dos Reis, o maior especialista em línguas antigas – Odorico Mendes; e um dos mais respeitados historiadores e jornalistas brasileiros – João Lisboa.

É também durante este período de bonança que a cidade de São Luís ganha o conjunto arquitetônico da Praia Grande.

Neste período a elite maranhense era composta por muitos nobres, que ostentavam o título de Barão e Baronesa (de Itapecuru, de Grajaú, de São Bento, etc.).

Entretanto, o fundamento desta riqueza era temporário, com o fim da guerra civil a economia maranhense começa a apresentar lento declínio na medida em que os principais clientes do Maranhão, os ingleses, estavam

mais próximos dos norte-americanos e tinha com eles uma estreita afinidade histórica e cultural que facilita o negócio entre as duas nações. Pior para o Maranhão.

Entretanto, com o quadro de decadência econômica já delineado, a elite maranhense cria, ao final do século XIX, um projeto de futuro alternativo para evitar a decadência econômica. Este projeto ganha densidade ao fim da década de 80.

O projeto consistia de uma tentativa de industrializar a economia do Maranhão através da instalações de industrias têxteis aqui mesmo no Estado para aproveitar a produção local de algodão.

Neste período são instaladas fábricas no interior, em Codó e Caixas e em São Luís. As fábricas em São Luís produziram grandes transformações urbanas.

Mapas dos anos 40 e 50 do século XIX indicam que à época a cidade de São Luís estava contida no espaço entre as ruas de Santana, a Praça Deodoro e a Praça Gonçalves Dias – é importante saber que estes logradouros tinham outros nomes.

As fábricas foram historicamente um dos fatores que aceleraram a urbanização da humanidade. Também produziram uma nova maneira de organizar as cidades. Onde as fábricas se instalavam iam se implantando vilas e bairros operários, pois os sistemas de transporte não permitiam um deslocamento eficiente a longas distâncias.

As fábricas de São Luís levaram a cidade para as redondezas das fábricas, instaladas na Madre Deus (duas fábricas importantes foram para lá, uma onde fica o prédio do atual CEPRAMA, e outra bem próxima a esta instituição), na atual Rua Cândido Ribeiro (nome do dono da fábrica instalada nesta rua) e também na Camboa - (na verdade o nome original era Gamboa). Estas fábricas de certa forma criaram os bairros que as circundavam – para os empresários era bom que os trabalhadores estivessem perto, alguns deles faziam vilas para os operários e para estes eram vantajoso estar perto das poucas oportunidades do trabalho.

O projeto de industrialização do Maranhão não prosperou –o economista Celso Furtado chama esta fase da história econômica do Maranhão de "falsa euforia". Todavia este período é importante pelas mudanças urbanas que provoca mas também porque consegue dotar a sociedade de uma perspectiva alternativa diante dos indícios de decadência da agricultura do Estado.

No que pese o fracasso do sonho industrialista esta fase é importante por organizar um tipo de leitura da história do Maranhão que irá se repetir muito mais tarde, no século XX. Veremos mais tarde que esta visão se apóia num engrandecimento da fase de ouro da economia maranhense, um lamento da experiência de decadência e empobrecimento um sonho, mais um projeto, de uma alternativa baseado na reorganização da economia em bases industriais.

Choro e sonho - da decadência e da pobreza.

As fábricas instaladas a partir do fim do século XIX não foram capazes de criar um sistema industrial dinâmico a ponto de oferecer resistência aos competidores do sul do país ou de alcançar a competitividade que o algodão havia conseguido nos mercados internacionais. Até meados do século seguinte todas fecharam as portas.

A destruição do projeto fabril representa para o Maranhão uma nova maneira de se perceber, como uma terra atrasada e pobre – coisa bastante diferente da Atenas Brasileiras.

Por todo o século a economia maranhense conhece uma perda de importância relativa na economia brasileira. O beneficiamento da semente do coco babaçu para extração de óleo chega até a oferecer uma possibilidade de formular uma estratégia econômica alternativa. Mas, por conta de dificuldades técnicas para a coleta e quebra do coco em condições de extrair uma semente em condições de produzir um óleo de qualidade, este recurso jamais ganhou densidade para se tornar um efetivo projeto alternativo.

Neste século os maranhenses refazem a imagem predominante de sua história. Antes o fausto, a riqueza e a tradição era os elementos que definiam o Maranhão. Aos poucos, ao longo de todo o século, e até hoje, o Maranhão fica conhecido por ser um Estado pobre e com péssimos indicadores sociais – além de possuir os líderes políticos que representam o que há de mais atrasado na política brasileira.

A proclamação da república encontra um Maranhão bastante conturbado por lutar políticas que dividem a elite do Estado. Golpes e tentativas de golpes são relativamente comuns. Na década de 40 chega ao Maranhão Vitorino Freire, que se torna o grande líder político do Estado, em referência a quem todos os grupos políticos se orientam – seja como partidários, seja como opositores.

Nos anos 60, já depois do golpe militar que implantou o regime de exceção no país em 1964, outro líder político toma o lugar de Vitorino, era José Sarney.

A vitória de Sarney ocorreu em 1965. Ele tomou posse em 1966. Sua posse foi documentada por Glauber Rocha, o nome mais importante da história do cinema brasileiro. O filme de Glauber chama-se Maranhão 66, e ao contrário do que poderia esperar o governador eleito o filme mostra mais que uma festa de posse, mostra um cenário aterrador de pobreza abandono da população aqui mesmo na capital e não apenas nos confins do interior do Estado.

O governo de Sarney ocorre quando o projeto dos militares para o país ainda está sendo arquitetado. Para a região amazônica a grande estratégia consistia num projeto de integração econômica a partir da exploração dos recursos minerais da região de Carajás, no Pará. O projeto ficou conhecido como Grande Carajás – PGC.

O Maranhão e especialmente São Luís foram beneficiados pelo PGC. A implantação da Vale (que na época chamava-se Vale do Rio Doce) e da Alumar, o beneficiamento do porto do Itaqui, a construção da estrada de ferro ligando Parauapebas a capital do Maranhão e a integração energética do Maranhão com a usina de Tucuruí no Pará através da vinda da Eletronorte (em substituição à Chesf, que antes atendia ao Maranhão). A usina de Tucuruí também foi construída para atender ao PGC.

O PGC era para o Maranhão uma repetição da experiência do sonho industrial do fim do século XIX. O novo sonho vai se desenhando especialmente a partir da década de 70. Nos anos 80 a Vale e a Alumar passam a funcionar em São Luís.

Este novo momento é esperado como a grande possibilidade de enfim redimir o Maranhão e superar o quadro delineado no filme de Glauber Rocha.

A Lei de Terras

Mas, além da preparação política de integração do Maranhão ao PGC, o governo de José Sarney é importante para a formação do Maranhão e da São Luís que temos hoje em dia em função da (Lei nº 2.979, de 17 de julho de 1969). Esta lei ficou conhecida como Lei Sarney de Terras.

Para entender o que de fato esta lei significou para o Maranhão é importante lembrar que houve uma lei nacional que também ficou conhecida como Lei de Terras.

A lei 601 de 1850 (veja, é do tempo do Império!) estabeleceu o Direito Agrário brasileiro de modo a disciplinar as regras da propriedade de terra. Segundo esta lei só poderia ser dono de terras quem comprovasse que havia comprado a propriedade – o que envolveria a posse de um documento de propriedade.

Se levarmos em conta o modo de colonização do país, veremos que os brasileiros se estabeleceram pelo litoral. Todavia, por vários motivos muitos brasileiros se instalaram pelo interior do país. Fizeram isto seja através dos movimentos de entradas bandeiras e outros que fizeram a exploração econômica do interior do país, seja por fugas – caso clássico das comunidade quilombolas.

Depois de algumas décadas, às vezes, um século, quando a economia e a sociedade brasileira foram se interiorizando, alguns destes grupos foram questionados por outros que tinham documentos das terras, nem todos verdadeiros.

O que interessa para nossa discussão é que a lei de terras do Maranhão repetiu esta história. Esta lei concretizava um plano para modernizar a agricultura do Estado e vendia terras para grupos empresariais a preços muito atraentes. Os empresários agrícolas teriam acesso a financiamento

de projetos via Sudene e Banco do Nordeste. A idéia era implantar um padrão moderno de manejo agrícola e pecuário.

Nos anos 70 muitos grupos de camponeses e de quilombolas pelo interior do Maranhão, de uma hora para outra foram informados que não eram donos da terra onde seus ancestrais sempre viveram e que tinham que sair dali.

Este encontro de moradores e empresário rurais aconteceu mediado por pistoleiros e teve a forma de conflitos fundiários (briga por terra). O resultado foi um vigoroso processo de expulsão de moradores de suas terras.

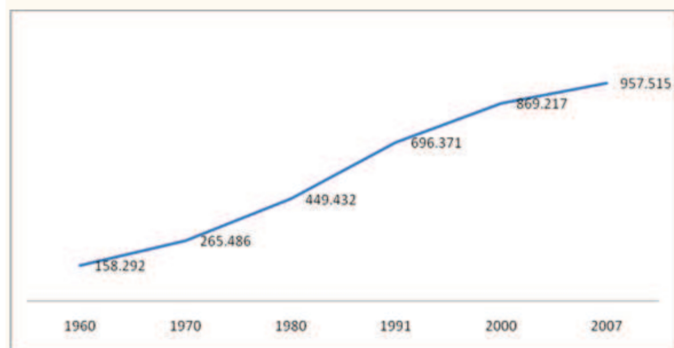
A nova industrialização ou os novos problemas?

Esses moradores que foram expulso do interior do Maranhão procuravam os centros urbanos. Todas as cidades do Maranhão começaram a crescer a partir dos anos 70, mas a capital teve um crescimento especialmente acentuado, e isto tinham muito a ver com os projetos industriais do Programa Grande Carajás – PGC.

Na capital o PGC resultou na implantação de duas grandes plantas industriais, a Vale e a Alumar, e na implantação do porto do Itaqui, na vinda da Eletronorte que melhorou e muito a qualidade do fornecimento de energia elétrica, além da estrada de ferro ligando o porto às minas no Pará.

A implantação de todos estes projetos resultou na criação de um grande volume de oportunidades de trabalho. Estas oportunidades estavam disponíveis a muitos trabalhadores de baixa qualificação – pedreiros, mestres de obra, etc.

Estes eventos e a instauração de uma expulsão das populações camponesas no campo resultaram no aumento espetacular da população da cidade a partir dos ano 70, conforme podemos ver no gráfico abaixo.



É importante lembrar que este momento do Maranhão nos anos 70 é extremamente semelhante ao do fim do século XIX.

A implantação dos projetos do PGC de fato alterou a estrutura da economia maranhense.

Todavia estamos em 2010 e o impacto econômico do PGC sobre o Maranhão não pode ser confundido com Desenvolvimento (lembre-se do nosso conceito). Tivemos crescimento econômico, ou, na linguagem do século XIX, progresso.

Isto acontece porque as duas estratégias de desenvolvimento implantadas se mostram frustradas.

De um lado a modernização econômica não cria raízes no interior. O projeto agrícola fale sistematicamente e só nos anos 90 ressurge através da expansão do complexo da soja implantado principalmente por agricultores gaúchos e paranaenses, que também tem seus problemas pois repete o processo de expulsão de camponeses.

De outro lado a industrialização cria um pico de oportunidades que não é capaz de manter após a fase de implantação – quando é maior a demanda de trabalhadores.

Todavia a população que se mudou para as cidades não pode simplesmente voltar para o interior ou para a agricultura. E tem que se virar nas cidades. O problema é que estas pessoas não possuem as devidas qualificações para a competição em um mercado de trabalho moderno urbano-industrial.

São estas pessoas que fizeram a expansão das cidades através de bairros improvisados e sem infra-estrutura, ou seja, aquilo que nós chamamos de periferia urbana. http://prosouza.blogspot.com.br/2010/11/o-desenvolvimento-no-maranhao.html

Agronegócio

O Maranhão possui uma relação histórica com a atividade agrícola marcada por ciclos econômicos como o do algodão, açúcar e babaçu. O setor agropecuário maranhense responde hoje por 17% do Produto Interno Bruto (PIB), taxa pouco maior do que a da indústria (15%).

Atualmente, a soja e a cana-de-açúcar são as culturas de maior relevância na economia do Estado. Com uma extensão territorial de 331,9 mil quilômetros quadrados e dono de 56% do total da rede hidrográfica do Nordeste, o Maranhão é um estado que oferece condições ideais para o agronegócio, com vantagens competitivas de solo, clima e logística de escoamento da produção.

SOJA

A soja é uma importante commodities no rol de alimentos produzidos pelo Brasil que o coloca em posição especial no comércio internacional. É, também, o carro-chefe do setor agropecuário no Maranhão.

As principais áreas de plantio localizam-se nos municípios de São Raimundo das Mangabeiras, Aldeias Altas, Campestre do Maranhão e Coelho Neto.

O Estado possui três grandes produtores de álcool: Agro Serra (São Raimundo das Magabeiras), Mayti Bioenergia (Campestre do Maranhão) e Itapecuru Bioenergia (Aldeias Altas).

Estas três empresas investem atualmente na ampliação da produção. Somente a Itapecuru Bioenergia tem planos de investimentos, de 2009 a 2013, no valor de R$ 400 milhões para elevar a produção de cana e álcool. A meta é aumentar o processamento de cana-de-açúcar, atualmente de 300.000 toneladas ao ano para 2.000.000 de toneladas/ano. Já os planos da Agro Serra tem um horizonte de 10 anos, com investimento estimados em torno de R$ 200 milhões.

PECUÁRIA

O Maranhão possui o segundo maior rebanho bovino da região Nordeste. De acordo com a Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Maranhão (AGED-MA), a criação efetiva no ano de 2010 de rebanho bovino soma 6.979.844 cabeças de gado. A terceira maior produção pecuária do estado é ocupada pela suinocultura com uma criação de 1.295.425 suínos. Já a produção bubalina alcançou 77.834 animais.

Com a implantação do Complexo Industrial Avícola da Notaro Alimentos, no município de Balsas, sul do Estado, o Maranhão deve ampliar a criação aves que, no momento, está estimada em 2.580.957 animais (AGED-MA/2010).

Um estudo do Banco do Nordeste (BNB), na região nordeste, aponta que, dos 140 municípios com grande potencial para o rebanho bovino, 36 são maranhenses. As condições naturais do solo e o regular regime de chuvas favorecem a expansão da atividade.

Os investimentos na logística do Estado têm aumentado o incentivo e o potencial das cidades maranhenses que investem na produção e na qualidade do rebanho bovino, bem como a implantação de unidades industriais estruturadas para o beneficiamento do couro.

Petróleo e Gás

O setor de gás e petróleo caminha a passos largos no Maranhão e reflete o grande momento econômico do estado. Empresas como a Petrobras, OGX, Petra Energia, Gasmar, Engept e as Panergy investem em diversos projetos como refinaria, gasoduto, exploração de petróleo e gás natural.

O projeto da Petrobras é o que concentra o maior volume de investimentos. Com recursos na ordem de R$ 40 bilhões, a estatal já deu partida para a construção de sua maior refinaria no país, a Premium I – a 5° maior do mundo - no município de Bacabeira, a cerca de 60 quilômetros de São Luís.

www.castrodigital.com.br

A refinaria Premium I terá capacidade de processar 600 mil barris/dia. A unidade produzirá principalmente diesel para exportação, nafta petroquímica, gás liquefeito de petróleo (GLP) e querosene de aviação. As obras estão em fase de terraplenagem e vão gerar 132 mil empregos diretos, indiretos e por efeito renda.

Gás Natural

Com o anúncio da descoberta de uma grande reserva de gás natural na Bacia do Parnaíba, no município de Capinzal do Norte, o Maranhão entra no cenário nacional como um importante ator na cadeia produtiva energética. A Bacia do Parnaíba é considerada uma nova província com grande potencial para produção de gás natural.

A OGX Maranhão (sociedade formada pela MPX energia S.A e OGX S.A) possui, em conjunto com a Petra Energia S.A, oito blocos terrestres na região do Parnaíba. A empresa já realizou importantes descobertas nesta bacia e estima capacidade produtiva de aproximadamente 15 milhões de metros cúbicos diários de gás natural na área de seus oito blocos.

As perfurações iniciadas em julho de 2010 constataram a presença de hidrocarboneto – significa que além de gás natural, a bacia pode conter petróleo.

O volume de gás que as pesquisas indicaram é de tal ordem que, segundo a Abegás (Associação Brasileira das Empresas Produtoras de Gás Canalizado), seria suficiente para atender cerca de 30% da atual demanda por gás natural do Brasil. Os investimentos na campanha exploratória da OGX Maranhão na região da bacia do Parnaíba são da ordem de R$ 700 milhões. As reservas de gás viabilizarão a construção de uma malha estadual de gasodutos, com finalidade de disponibilizar energia limpa e a baixo custo, que servirá como mais uma âncora na atração de novos emrpreendimentos.

Petróleo

Atualmente, empresas como a Petrobras e OGX possuem direitos de concessão em blocos exploratórios no território maranhense.

A OGX possui direitos de concessão sobre cinco blocos exploratórios *offshore* (marítimo), na Bacia Pará-Maranhão, cobrindo uma área total de 960 km². Destes, dois blocos estão localizados na costa maranhense. A Bacia Pará-Maranhão possui um potencial médio de produção de 447 milhões de boe (Barrel of oil equivalent).

A empresa está aguardando o licenciamento por parte do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) para iniciar a campanha de perfuração *offshore* na região.

Outra empresa que atua no setor é a Petrobras, que, em janeiro de 2011, iniciou campanha exploratória por petróleo e gás também na bacia Pará-Maranhão, com campanha de perfuração de poço pioneiro no bloco BM-PAMA-3, localizado em águas profundas. A empresa detém seis concessões de exploração ativas na Bacia, sendo duas em águas profundas e quatro em águas rasas: BM-PAMA-3, BM-PAMA-8, e BM-PAMA-9, 10, 11 e 12.

MARANHÃO: DINÂMICA E ESTAGNAÇÃO DO SETOR AGRÍCOLA

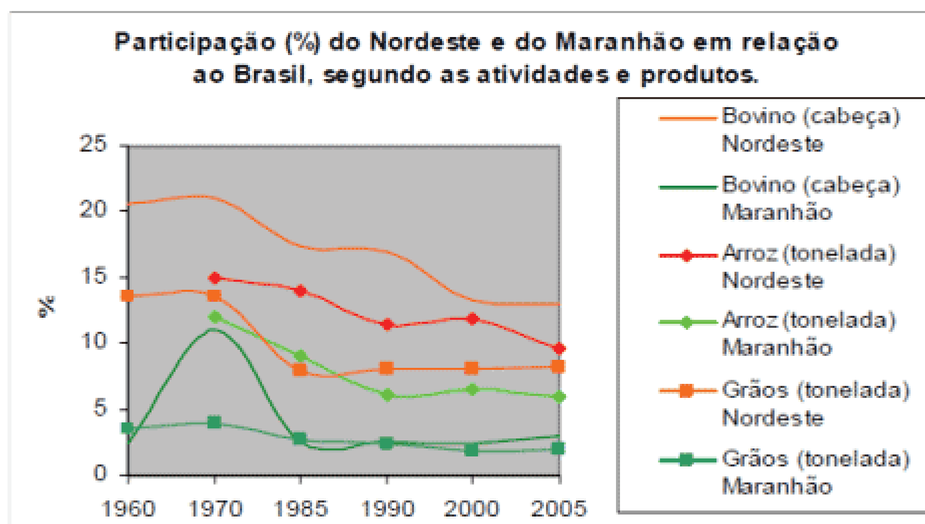
O declínio de uma considerável parte da agropecuária maranhense está associado à mudança que vem se processando há tempos nas diversas variáveis da atividade desde a década de 70, como aquelas relacionadas com as mudanças na produção (acesso à terra, tecnologia e relações de trabalho) que continuam em andamento e se aprofundando. A chamada modernização agrícola privilegiou pouquíssimos produtores e uma atividade - a pecuária de corte - em detrimento da agricultura familiar e do extrativismo. O resultado desta intervenção é uma mudança significativa no papel de atores "tradicionais" como os posseiros, arrendatários, parceiros e pequenos proprietários9, que ainda hoje (2008) são peças importantes na produção de alimentos básicos (arroz, milho, feijão e mandioca) e também no extrativismo.

A produção de grãos no Estado (exclusive soja) tem caído sistematicamente desde os anos setenta, assim como a de babaçu. Os volumes atuais são inferiores aos de duas décadas passadas. Já a soja se expande exponencialmente, assim como a pastagem e o rebanho bovino. A dinâmica do setor agropecuário, grosso modo, até a década de 70 girava em torno de duas atividades, o arroz e o babaçu. Na época de transição (anos setenta/oitenta) foi a vez da pecuária, e, nos anos noventa, se direcionou à soja e à pecuária empresarial.

A brusca queda da agropecuária do Estado na primeira metade dos anos oitenta está relacionada, em primeiro lugar, à aguda crise agrária, e também a aspectos conjunturais (secas e enchentes) e à crise externa/contas públicas que forçaram uma profunda reestruturação na política agrícola até então vigente, principalmente em termos de corte de subsídios e aumento da taxa de juros para o financiamento rural, desconsiderando a questão agrária não resolvida.

Nos anos seguintes (90), o Estado reestrutura o financiamento agrícola, cria linhas de crédito especiais como o PRONAF para atender à agricultura familiar e adota uma política de assentamento como forma paliativa de democratizar o acesso a terra. O resultado desta política não tem sido dos melhores, como mostram os dados do IBGE, especialmente quanto a produtos como arroz e mandioca e o extrativismo.

A crise agrícola manifestada na queda de participação do Estado na produção nacional de grãos (arroz/milho/feijão) desde os anos sessenta é fruto de uma situação (crise agrária) não revolvida e sempre postergada. Em 1960, por exemplo, a produção do Maranhão correspondia a 3,5% do total do Brasil e 13,5% do Nordeste; em 2006, era de apenas 1,96% da produção brasileira e 8% da nordestina. O que explica essa crise agrícola e agrária que permanece há gerações é a calcificação de um quadro fundiário concentrado e o abandono dos microprodutores/minifúndios e dos não-proprietários (arrendatários/parceiros e posseiros) pela política dos diferentes governos que se revezam ao longo das últimas décadas.



Por outro lado, o cálculo de taxas de crescimento relacionadas à agropecuária mostra quais produtos evoluíram em termos de área e produção, nas três últimas décadas, assim como os vetores desta dinâmica (taxa de crescimento ao ano) do setor. A lavoura temporária, com evolução de apenas 1,6% a.a., e o extrativismo do babaçu, com queda de 1,1% a.a., são exemplos da estagnação que prevaleceu nas duas atividades, entre 1990/2005. Tomando isoladamente os principais produtos (arroz/mandioca/soja/rebanho bovino) da atividade como um todo, é possível perceber diferenciação significativa entre eles. O arroz, por exemplo, cresceu 2,48% a.a. entre 1990/2005. Já a mandioca teve decremento (-1% a.a) em igual período. No caso da soja, o avanço é espetacular, 44% a.a., enquanto no rebanho bovino o comportamento foi mais modesto (3,4% a.a), apesar da orgia de recursos públicos direcionados à atividade por órgãos governamentais.

Desenvolvimento desigual entre agricultura familiar e empresarial

A dinâmica da agricultura maranhense pode ser entendida mais adequadamente se atentarmos para a ação do Estado e do mercado, e os seus desdobramentos para o movimento geral do capital que se realiza dentro e fora da atividade no período atual e em época anterior.

Além disso, convém ressaltar ainda que a expansão da agricultura não é determinada internamente pelo setor em si, já que faz parte de uma dinâmica maior do capital, ligada ao desempenho do núcleo mais dinâmico de acumulação do capital, a indústria. É, portanto, nessa perspectiva que devemos observar o desempenho da agricultura no Estado do Maranhão. Assim, o rumo, o ritmo e a diferenciação adotada pela agricultura são reflexos da dinâmica inerente à reprodução do capital nas diferentes instâncias a ela articuladas (comercial/mercantil/usurária/financeira).

Por outro lado, esse processo de acumulação e reprodução do capital (no campo) assumiu formas diversas nos diferentes tipos de atividade. Numa prevaleceram formas capitalistas de produção pela potencialidade do mercado e a expectativa que a mesma representava ao capital; noutras prevaleceram as formas pré-capitalistas/atrasadas, até apresentarem condições de atração à entrada do capital produtivo. Em outras palavras, a ação do capital no campo se fez de forma diferenciada e em ritmos distintos; isso porque a agricultura, dadas as especificidades e peculiaridades de seu processo de produção frente a alternativas de inversão (mercado financeiro, indústria), constitui uma atividade de alto risco e de incerteza.

Se adicionarmos a essa condição do setor outros aspectos inerentes ao capital em geral, que é a busca infatigável de campos de valorização tais como: variedade de opções de investimento; taxa de retorno; lucros diferenciados e os mecanismos de atração de capitais, conduzidos pelo Estado local e federal, a opção de se lançar à agricultura se torna muito mais complexa do que em outras atividades.

No entanto, esse quadro (de incerteza, instabilidade e de pouca liquidez) peculiar à agricultura não impediu que outras formas de capital, dentre elas o comercial ou o usurário, assumissem um papel relevante no processo de acumulação do capital dentro da atividade enquanto não houvesse interesse da parte do capital produtivo ou industrial em explorá-la diretamente.

Tal fato se refletiu na ação ágil e eficiente do capital mercantil em diversas frentes da atividade agropecuária, desempenhando um papel marcante no sentido de monetarizar as relações sociais de produção e integrar a parte atrasada do setor agrícola ao circuito nacional do mercado consumidor. Tal iniciativa é um passo importante para que, posteriormente, quando as relações de produção viabilizarem um maior avanço das forças produtivas, o capital produtivo assuma a hegemonia na apropriação e geração de excedente, antes hegemonizadas pelo capital comercial.

Por outro lado, para detectar o(s) caminho(s) da agropecuária maranhense neste período em foco é preciso descompartimentá-la. De um lado, acompanhar o desempenho da agricultura propriamente dita, ou mais precisamente, o da lavoura temporária na sua especificidade e nos diferentes momentos de crescimento, destacando os principais produtos que respondem pela performance de expansão ou de crise, e de outro, identificar os fatores responsáveis por tal performance. Na agricultura do Maranhão, um número reduzido de lavouras/produtos agrícolas dita o rumo do setor, tanto no presente como no passado. Na área de alimentos básicos, o arroz continua sendo o mais representativo; como no setor de matéria-prima industrial era a cana-de-açúcar (até 80), e, mais recentemente, cabe à soja deter este papel. Mas outros produtos comerciais também são importantes, a exemplo do eucalipto, milho e pecuária empresarial, mas não vamos enfocá-los, pois serão objeto de um novo trabalho.

Para operacionalizar essa ação de acompanhamento, podemos partir de dois pontos ou períodos, embora só se analise a etapa mais recente pós-90. Um período inicial (1970-85) que reflete a fase áurea de intervenção no setor agropecuário, onde a atuação do Estado se fazia via crédito rural e incentivos fiscais. E um outro, posterior, pós-85, a essa ação mais estreita do Estado, porém agora atrelada às forças de mercado, onde a ação do capital produtivo (i.e, sem auxílio dos instrumentos tradicionais) na atividade agrícola foi cada vez mais presente e coincide com a operacionalização comercial do Programa Grande Carajás (1985-2000), e com a incorporação no Sul do Estado de novas áreas do cerrado à produção de grãos (primeiro, o arroz mecanizado, depois a soja) sob a forma mecanizada e com a perda de importância paulatina da pecuária e agricultura de alimentos nestas mesorregiões ocupadas por grãos.

5.1.1 Padrão de crescimento da agricultura temporária: mudanças e tendências

Em primeiro lugar, é preciso alertar que trataremos do crescimento, mudanças e tendências da agricultura, não de toda a agricultura maranhense, mas de alguns produtos da lavoura temporária. Na primeira fase, como já se sabe, há uma especificidade inerente a cada tipo de cultura e a dinâmica do setor resulta do desempenho conjunto dos principais componentes. Estes, por sua vez, refletem o processo de organização social daquela atividade e de sua inserção no processo de acumulação e integração do capital, via a modernização da sua estrutura produtiva e das relações de produção.

Nesta perspectiva, pode-se dizer que haveria várias "agriculturas", já que podemos delimitar perfeitamente, tanto no plano organizacional do desenvolvimento das forças produtivas quanto no plano temporal e espacial de sua transformação, diferenciação ou especialização, as características de cada uma. Esquematicamente teríamos assim uma agricultura tradicional (não capitalista) que alguns também classificam de itinerante, atrasada, subsistência, não capitalista ou simplesmente de agricultura familiar , conduzida por produtor não capitalista e direcionada à produção de alimentos básicos. E uma outra, comercial, patronal, empresarial, moderna (capitalista), sob forma de monocultura especializada/mecanizada e voltada para mercados específicos.

À frente da agricultura familiar "tradicional" se encontra o minifúndio , constituído por posseiros e arrendatários e pequenos proprietários muito dispersos (desorganizados política e economicamente) e em contínuo processo de mutação, em toda a extensão do Estado e com expressão declinante em termos de participação de área e quantidade colhida e valor da produção. Embora a produção de arroz, mandioca e feijão seja realizada por toda parte do Estado, poucos municípios atualmente (2005) sobressaem e concentram parte substancial destas mercadorias.

Além destes pequenos produtores (minifundistas), que representam a maioria em número de estabelecimentos, 389 mil, há outros pouco numerosos, porém com participação ascendente na área colhida e na produção de alimentos (arroz), mas que diferem dos anteriores em função de serem organizados política e tecnicamente, e do caráter eminentemente capitalista da atividade, voltada ao atendimento de nichos de mercado e com diferentes aportes de capitais.

Do lado da agricultura capitalista (ou simplesmente do chamado agronegócio) estão as monoculturas de matérias-primas industriais representadas pelas culturas de cana-de-açúcar, algodão, eucalipto e soja, realizadas por médios (especialmente) e grandes produtores capitalistas e especializadas e localizadas

em área específica do Estado. Das quatro, a soja e o eucalipto continuam crescendo (em área e produtividade) sistematicamente desde sua instalação (final da década de oitenta); as outras estão estagnadas e/ou em declínio.

A cultura da soja a cada dia amplia a área de plantio e assume um papel importantíssimo na dinâmica da agricultura maranhense, em particular nos últimos cinco anos (2002/2007). Isto por causa da articulação externa que possibilitou uma enorme expansão em termos de área ocupada e dos efeitos relacionados à modernização de processos produtivos daí decorrentes e da interação entre segmentos dos capitais industriais e comerciais que se processou a partir de então nessas áreas de soja no sul e nordeste do Estado. Além disso, por beneficiar-se de uma infraestrutura de transporte intermodal que lhe possibilita custos relativos menores do que seus concorrentes, a mesma se apresenta como o principal e mais ativo elemento do agrobusiness maranhense.

5.1.2 Mudança e dinâmica da agricultura familiar: o caso do arroz

Até a década de 70, o processo de expansão de fronteira agrícola ainda era uma realidade no Estado, manifestada em termos de altas taxas de crescimento tanto no front externo desta apropriação (área total dos estabelecimentos) quanto na área interna voltada à produção propriamente dita (lavoura e pastagens).

Se a década de 70 é marcada pelos juros negativos e subsídios fiscais de toda ordem para o setor agrícola que favoreceu a atração de capital de todo tipo e com intenções variadas para campo maranhense, a década de 80 se caracteriza pela crise deste modelo de desenvolvimento agrícola sustentado no credito rural subsidiado e nos incentivos fiscais. É o período no qual o Estado irá refazer sua estratégia de ação no setor agrícola, sem, no entanto, corrigir distorções há muito identificadas na política agrícola. Assim, os pequenos produtores familiares, não proprietários (os parceiros, arrendatários e ocupantes), continuaram sem ter acesso ao crédito rural, assistência técnica e extensão rural, entre outros. Isso só se altera na década de 90 com a criação do PRONAF em 1996, mas com resultados insignificantes para o conjunto de centenas de milhares de pequenos produtores inseridos na produção familiar.

Além disso, determinados privilégios direcionados ao capital produtivo e/ou especulativo permaneceram (como os incentivos fiscais) para a agropecuária. Assim como a exposição da agricultura, em particular a familiar, à concorrência interna e externa (como a baixa de alíquotas de importação e os acordos comerciais, Mercosul, a política de valorização do câmbio), antes pouco relevante.

Por fim, outros fatores de ordem estrutural/conjuntural, a exemplo da concentração e do aumento e/ou queda do preço da terra, pressão demográfica sobre a área e da ocorrência de enchente e seca, crescimento da inflação, declínio da renda per capita, se somam a esse quadro de desfavorecimento da agricultura; o resultado é um recuo ou um crescimento medíocre da área, volume e produtividade com lavoura. Dois aspectos chamam a atenção. Um relativo à expansão recente de uma parte da lavoura temporária que é a incorporação de áreas sem que haja mudanças no processo produtivo. Um outro aspecto é o avanço da concentração dos meios de produção, sobretudo a lavoura temporária em segmentos capitalistas de grande porte antes dominados por pequenos produtores.

Apesar destes problemas estruturais que estiveram/estão atrelados aos pequenos produtores (os não proprietários em particular), houve alteração importante na estrutura produtiva da agricultura, porém conduzida por outro grupo de produtores, mais capitalizado, que é a parte moderno-capitalista da agricultura maranhense. Esse grupo atua preferencialmente na produção de arroz irrigado, milho,18 soja e cana-de-açúcar (mecanizados).

Tabela 4- Evolução da produção dos principais produtos e sua variação no Brasil e no Maranhão, entre 1990 e 2005

Brasil e Unidade da Federação

Tabela 4- Evolução da produção dos principais produtos e sua variação no Brasil e no Maranhão, entre 1990 e 2005

Brasil e Unidade da Federação	**Ano/Atividade**	**1990**	**1995**	**2000**	**2005**
Brasil	**Bovinos (cabeças)**	147.102.314	161.227.938	169.875.524	207.156.696
Maranhão	**Bovinos (cabeças)**	3.900.158	4.162.059	4.093.563	6.448.948
Brasil	**Arroz (em casca)**	3.946.691	4.373.538	3.664.804	3.915.855
Maranhão	**Arroz (em casca)**	679.087	777.960	478.839	527.013
Brasil	**Mandioca**	1.937.567	1.946.163	1.708.875	1.901.535
Maranhão	**Mandioca**	226.953	289.156	134.688	191.852
Brasil	**Soja (em grão)**	11.487.303	11.675.005	13.656.771	22.948.874
Maranhão	**Soja (em grão)**	15.230	87.690	178.716	372.074
Brasil	**Carvão vegetal**	2.792.941	1.805.151	1.429.180	2.972.405
Maranhão	**Carvão vegetal**	185.613	189.348	148.721	502.527
Brasil	**Babaçu (amêndoa)**	188.718	99.263	116.889	119.031
Maranhão	**Babaçu (amêndoa)**	132.577	87.956	108.043	111.730

Fonte: IBGE

Se o declínio nas culturas dos alimentos já vem de longa data (seu ponto de inflexão é 1982), o mesmo não ocorre com a chamada matéria-prima industrial ou agricultura patronal/comercial, onde não houve esse problema e as taxas de crescimento foram explosivas (soja). Entretanto, a cana se encontra estagnada há décadas e concentrada numa área minúscula do Estado (Coelho Neto em 90 e Chapada das Mangabeiras e Porto Franco em 2005). O mesmo não se observa com a soja no Sul do Estado, que tem tido um desempenho fenomenal (27,90% a.a., entre 1990/2000) com tendência a expandir-se a outras mesorregiões (Leste) e microrregiões (Chapada das Mangabeiras e Chapadinha).

No aspecto relativo às transformações recentes ocasionadas pelo movimento de expansão e contração das áreas relativas a culturas alimentares, destaca-se o arroz. Percebemos que as mesmas ao longo das últimas décadas, 80 a 90, cederam sistematicamente áreas a diferentes atividades (pecuária e

lavouras comerciais e permanentes) e em diversas microrregiões e municípios do Estado, especialmente naqueles onde essas atividades se concentravam e/ou concentram, conforme mostram os dados da figura. Parece que a substituição se fez mais acentuada na pecuária, embora também se constate que houve substituição intensa nos municípios que sediam grandes empreendimentos capitalistas, a exemplo de Imperatriz (pecuária, eucalipto), Balsas (soja), Açailândia (pecuária), Coelho Neto (cana-de-açúcar) e Urbano Santos (eucalipto) do que em outros onde não houve este avanço.

As maiores quedas da produção de alimentos ocorreram em Imperatriz, Gerais de Balsas, territórios dominados pelo grande capital, eucalipto, boi (gordo), soja e carvão. Por outro lado, embora essa substituição, em termos temporais, se concentre na primeira metade dos anos 80 e esteja voltada para as microrregiões citadas, os dados dos últimos censos corroboram a referida substituição em curso, só que agora mais generalizadamente e descentralizada em termos espaciais.

Este fenômeno esteve relacionado à desconcentração espacial da produção que houve no arroz nos últimos 40 anos dentro do Estado. Grosso modo, através do corte espacial/temporal, é possível traçar o movimento espacial do desenvolvimento das relações sociais de produção dessa principal cultura temporária nos seus diferentes momentos históricos, dando-lhe características específicas; e, ainda, comparar o movimento do arroz com outras atividades do agronegócio. De forma muito simplificada, conforme mostra a figura 1, o movimento se inicia no Leste, migra para o Centro e Oeste, assim permanecendo até 1996, posteriormente direciona-se para o Sul e o Norte.

A Mesorregião Leste, por exemplo, é hegemônica até 1950, embora o Centro também ganhe destaque crescente. Tal fenômeno está associado aos grandes fluxos migratórios de nordestinos – cearenses e piauienses –, que penetram no Maranhão via o Leste ou Nordeste do Estado, especialmente por Caxias e pelo Baixo Parnaíba (São Bernardo, Araioses, Brejo). Foi nesse período que houve um salto quantitativo na lavoura temporária maranhense; a área ocupada sai de 328 mil hectares para 895 mil hectares. Isso representa uma taxa anual de crescimento de 10,54% a.a. (1950/60). O arroz, isoladamente, nessa década, cresce 91%, ou seja, 6,7% a.a.

Entre 1960 e 1980, caberá à Mesorregião do Centro (e ainda à Leste, mas já de forma decrescente) a responsabilidade por essa expansão (a variação no período foi de 83,5%), sendo que algumas mesorregiões já se sobressaem em relação às demais. Tais mesorregiões são aquelas que constituem o centro de atração do fluxo migratório de nordestinos, que avançou em direção à fronteira Oeste à procura da terra livre.

Além dos municípios antigos, receptores desse fluxo (via ferroviária Teresina - São Luís), como Caxias, Coroatá e Codó, outros municípios também passaram a fazer parte do circuito migratório: Pedreiras, Bacabal, Ipixuna, Monção, Lago da Pedra, Santa Inês, Santa Luzia, Imperatriz e Barra do Corda. São esses imigrantes, transformados em posseiros e depois em arrendatários, os responsáveis pela expansão do arroz entre 1960 e 1980. A área com arroz cresceu a taxas razoáveis, nas duas décadas; a taxa média foi de 3,08% a.a. Na década seguinte, época de uma política ativa no setor (70/80), essa taxa subiu para 4,34% a.a., e bem expressa a dinâmica positiva da pequena produção mercantil, de certa forma contrariando o que se difundia no período: que a apropriação de áreas imensas por projeto decorrente de instrumentos fiscais (Sudam, Sudene e Comarco) frearia a expansão de alimentos (arroz).

Ora, isso só ocorreria na segunda metade dos anos oitenta e início dos noventa. Há inúmeras razões a justificar tal evento, desde a ausência de políticas voltadas à pequena produção familiar, a abertura comercial, até a retirada de apoio a esse segmento de produtores pelo Governo do Estado do Maranhão. Uma outra razão, relacionada especificamente à expansão da pecuária, talvez esteja na opção de determinados grupos de criadores (os mais numerosos), ou seja, aqueles que não se inseriram ou aderiram à política governamental voltada à pecuária, em não mais utilizar na formação de pastos (como era a norma) pequenos produtores não-proprietários (arrendatários, posseiros e meeiros), no rebaixamento dos seus custos de implantação, via o sistema de cessão de área para roça. Isso se viabilizava ao fazendeiro em decorrência da grande oferta de força de trabalho livre disponibilizada e do alto preço e/ou renda fundiária proibitiva da terra aos pequenos produtores.

Não se sabe exatamente o peso de cada variável, mas sem dúvida essa tática de atração dos não proprietários para o plantio de arroz em troca de capim teve um peso importante nesse processo de ampliação da área com pastos e na produção de arroz ; à medida que tal sistemática se altera por inúmeros problemas já analisados, o arroz declina. Mas a pecuária continua a crescer, dado que a conjuntura lhe é favorável.

A partir de 80, a mesorregião onde se concentrará a produção de arroz é a Oeste, que também é a dos pastos, seguida ainda pelo Centro, conforme pode ser visto na figura abaixo. Entre 1980 e 1995, houve um declínio acentuado da produção do arroz, de 28%; e de 44% em área. Ao longo de toda a década, o desempenho foi negativo, sendo que a queda, na primeira metade da década, foi de 1,47% ao ano. Uma ligeira recuperação de 1,3% a.a. ocorreu na segunda metade da década. A hegemonia da produção de pequena escala (< 10 ha de lavoura) frente às demais pode ser mais um elemento, no conjunto já apontado anteriormente, a favorecer o declínio relativo da produção e da baixa produtividade vigente na atividade. Apesar de apresentarem uma tendência decrescente (próxima de 10%) ao longo da primeira etapa, 1970/1985, nos aspectos relativos à quantidade, área colhida e valor da produção, ainda assim, a pequena escala continua desempenhando um papel importante na cultura do arroz, haja vista o crescimento absoluto dos produtores em 26%, mesmo com a produção em declínio que ocorreu nesse período.

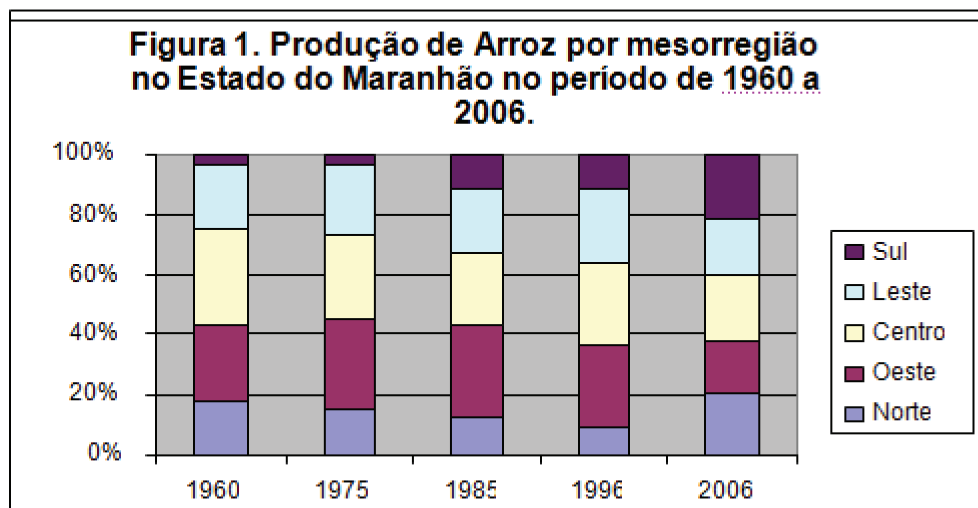
Entretanto, no intervalo de 1990/2000, a queda foi mais acentuada, -3,45 ao ano; é o período onde a crise da pequena produção mercantil mais se aprofunda. A mesma está associada a um conjunto de fatores de ordem estrutural e conjuntural, destacando-se a política neoliberal e o desmonte da maquina publica voltada ao setor agropecuário, conforme já tivemos oportunidade de expor anteriormente.

Paralelamente, a queda na produção nos últimos 40 anos permitiu uma desconcentração e descentralização da produção de arroz. Comparando as áreas de produção, entre as décadas de 50 e 90, percebe-se não só uma mudança de locais de produção, mas também uma queda, per capita e relativa, dos principais municípios produtores.

Nos anos noventa, os 10 maiores municípios produtores alcançavam ¼ da área total colhida, e os 20 seguintes chegavam a um pouco mais de 1/3. Na década de 80, a situação era mais concentrada. Os 10 municípios colhiam 1/3 da produção; já em 1985, o mesmo número alcançava 29% da área colhida. Caso se amplie o número para 20 municípios, chegar-se-á à metade da área colhida, o que sem dúvida demonstra a centralização do capital. Um indicador importante da presença do capital na agricultura (arroz) é o tamanho da área com lavoura e não o tamanho do estabelecimento/propriedade em si. O estrato médio de lavoura com arroz com menos de 100 a 500 ha e o grande com mais de 500 ha, por sua vez, tem-se mostrado pouco dinâmico em seu conjunto, apesar de se reconhecer que é uma novidade o aparecimento e ascensão de centenas de unidades capitalistas de porte médio de capitais na produção do arroz, cultura tradicionalmente executada no Estado por unidade camponesa de pouca expressão monetária em termos de mercado. As estatísticas são ilustrativas quanto a este aspecto. Em 1970 eles (os médios) detinham só 0,4% da área de lavoura com arroz e 0,2% da produção. De forma modesta, atingiram, já em 1985, cerca de 5% dos dois indicadores. Um aspecto a chamar a atenção é, de um lado, o declínio da produção de pequena escala e a concentração de um número reduzido de produtores de médio e grande porte na área com lavoura, evidenciando certa concentração de capitais na atividade. De outro lado, expõe a existência de média (e grande) empresa interessada numa atividade antes excluída como alternativa de inversão destes capitalistas. Ver Mesquita (2006), e uma concentração espacial.

Na década de 70, tem-se um padrão de distribuição muito parecido com aquele que prevaleceu nos anos 80 (com poucas modificações). Mas é sobretudo nos anos 50 e 60 que se nota uma concentração significativa da produção; os dez maiores municípios são responsáveis por 50% da produção. Ampliando o número de municípios mais importantes na oferta de arroz para 20, ter-se-á 2/3 do total geral da produção concentrada nos mesmos.

Sem dúvida, entre 1950 e 1990, nota-se uma significativa desconcentração espacial da oferta. Em 1950, os dez maiores municípios produtores de arroz detinham ½ da oferta, contra ¼ em 1990. Tendência essa que se mantém em 90, ou seja, transformações significativas da ação do capital se processaram internamente (inclusive no tamanho da escala de produção) no arroz, sem que a aparência dos dados gerais, que mostram apenas o volume e a área do produto conseguisse detectar.



Fonte: IBGE - Censo agropecuário, 1940/1960/1975/1985 e 1996.

5.1.3 Mudança e vulnerabilidade da agricultura empresarial: o caso da soja

Se no caso do arroz há uma tendência tênue (7%) da presença de médios capitais na sua exploração (aqui a predominância é do pequeno estabelecimento – 50 ha) (estrato 1 da figura abaixo), com a soja, o padrão de expansão já nasce sob a égide de médios e grandes capitais, acima de 1000 ha (estrato 4 da figura), comparativamente ao arroz ou qualquer outra cultura, conforme pode ser visto nas figuras (pizza) abaixo por estrato de área das duas culturas. Constata-se que a concentração de capitais na soja é bem diferente daquela vigente nas culturas alimentares; praticamente não há, ou é pouco significativo, o segmento dos produtores com área da lavoura inferior a 50 hectares.

Essa diferença decorre do pacote tecnológico, associado à cultura da soja, que exige uma determinada escala da produção a fim de que a mesma dê resposta em termos de produtividade e rentabilidade. A presença de pequenos e médios produtores na soja abaixo de 500 ha (na pizza acima, estratos 1 e 2) não constitui a regra como alguns poderiam imaginar, mas exceção, e parece que não há nenhuma tendência no sentido de modificar esse quadro atual, mas de qualquer forma é um produto onde as relações capitalistas são hegemônicas em todas as fases do processo produtivo. O controle que o capital tem sobre o circuito da produção facilita sua ação na área da circulação e da distribuição. Onde, apesar de existirem grandes conglomerados comerciais e industriais, a relação entre as partes é muito diferente daquela prevalecente entre o pequeno produtor da soja e o do arroz sequeiro e o preposto do capital comercial e/ou usurário. Isso porque este produtor da soja dispõe de uma série de instrumentos de ordem creditícia, comercial, organizacional e político e, sobretudo, informações que lhe permitem fugir do circuito da intermediação dominado pelo capital comercial, muito comum na produção mercantil simples, que se apropria do excedente gerado no circuito de produção.

No que se refere à direção e ao ritmo de expansão da produção, ela também difere muito do arroz. Há uma concentração e especialização maior de microrregiões e tipos de capitais e produtores bem diferenciados daqueles vigentes no arroz. Em primeiro lugar porque, ao concentrar-se e centralizar-se num território relativamente delimitado (Sul e Nordeste do Estado), isso pôde favorecer uma economia de escala que minimiza custos de implantação e de comercialização do produto. Do início ao final de 90 ela se concentrava nas microrregiões de Gerais de Balsas e Chapada das Mangabeiras e nos municípios de Balsas, Tasso Fragoso, Riachão, Sambaíba e São Raimundo das Mangabeiras. Mais recentemente (2000), ela toma novas direções: Baixo Parnaíba e Chapadinha (Nordeste do Estado). Em segundo lugar, essa expansão se faz em cima tanto das culturas alimentares, arroz e mandioca, quanto, e principalmente, da pecuária extensiva. Tal forma, portanto, difere bastante do arroz que cede espaço à pecuária, eucalipto, cana-de-açúcar. Além do mais, como a soja é uma commodity cujo preço nas últimas décadas tem sido atrativo, isso tem favorecido a captação de uma massa significativa de recursos públicos e privados para expansão da atividade em detrimento de outras que não têm taxa de retorno atraente, garantia de empréstimo, e nem há a expectativa de que isso se altere.

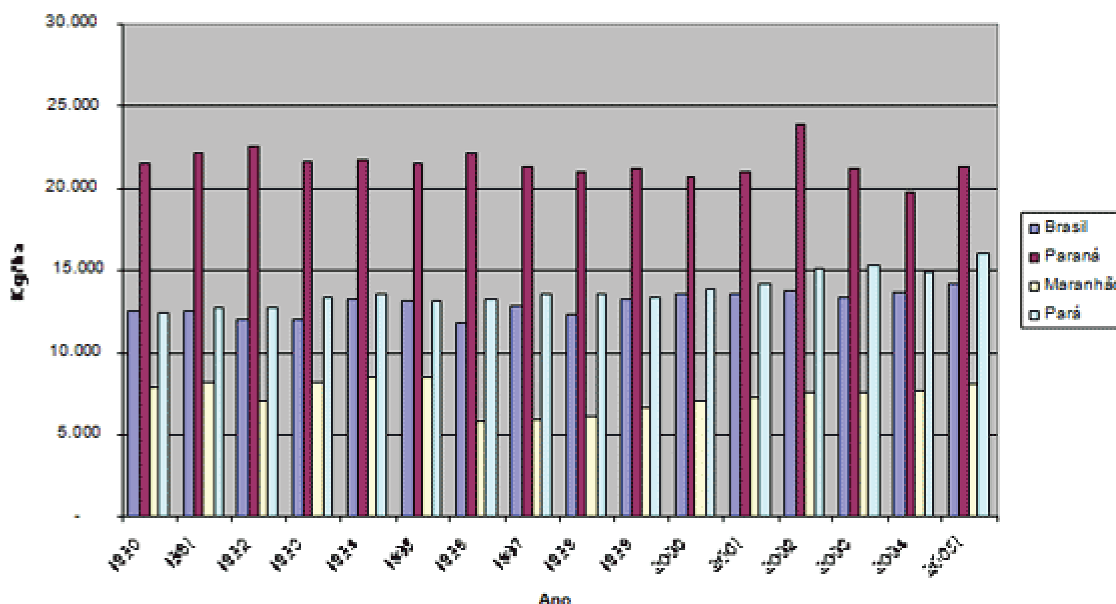
Essa vinculação externa da soja, por sua vez, lhe garante financiamento estatal e/ou de grandes empresas dominantes do complexo de processamento e comercialização, o que lhe favoreceu a expansão a taxas cada vez maiores nos últimos anos. Do início da atividade (final de 80) até 2007, a soja cresceu exponencialmente em volume de produção e área ocupada. Entre 1995 e 2007, a soja aumentou quase sete vezes e, se o intervalo for maior (1990/2005), o crescimento é de 238 vezes! No entanto, a produtividade da mesma não tem acompanhado o mesmo ritmo, embora cresça muito mais do que a média da agricultura familiar.

Tal performance faz com que hoje (2009) a soja já represente 25% da área plantada de lavouras temporária e 18% do volume da produção dos principais produtos da lavoura temporária local (arroz, milho, feijão e mandioca, soja e algodão). Quer dizer, a soja sozinha torna-se cada vez mais importante sob o ponto de vista econômico. As exportações são crescentes, assim como o volume produzido e a área ocupada frente às outras que se encontram estagnadas. Além disso, a pecuária, atividade secular e tradicional do sul do Estado, cede espaço também à soja. Mesmo naqueles municípios tradicionais e reduto pastoril de longas datas (séc. XIX) tem-se assistido ao encolhimento do rebanho e das pastagens para dar lugar à soja e ao eucalipto. O efeito substituição, sobre a pecuária, parece indicar que está em curso, caso mantenha-se o ritmo de expansão vigente, uma despecuarização e descamponesização da agricultura do Sul do Estado, tal é a mudança que a soja impôs a outras atividades econômicas neste curto espaço de tempo (1985-2000)23.

www.castrodigital.com.br

A soja só assume importância econômica em meados de 1990, quando passa a constituir um dos principais elementos das transformações recentes da agricultura maranhense, na medida em que cabe à mesma dar o ritmo e rumo da expansão da lavoura temporária no Estado. Quer dizer a soja (na década de 1990) acaba tendo um papel análogo ao do arroz antes dos anos oitenta, mantendo as devidas proporções e diferenciações que o caso requer. Enquanto o arroz (e a mandioca) se expandiu durante séculos fundamentalmente pela incorporação de novas áreas e força de trabalho familiar, ou seja, de forma horizontal, com pouco ou quase nenhum ganho de produtividade, conforme atestam as figuras abaixo relacionadas. Nas duas percebem-se diferenças significativas entre o Maranhão, Rio Grande do Sul, Paraná e o Pará. Esse diferencial marcante mostra o estagio neolítico em que se encontram determinadas culturas agrícola no Maranhão.

Figura 5 Rendimento da Mandioca no Brasil, Paraná, Maranhão e Pará entre os anos de 1990 e 2005.



A razão desta dinâmica extensiva foi a ampliação dos meios de transporte e a proximidade dos centros consumidores e ainda a existência de imensas áreas ociosas (matas) nos grandes estabelecimentos com cessão a terceiros (moradores, arrendatários e parceiros), mas que nada alterou o padrão produtivo artesanal vigente. Só com a exaustão de tais formas de incorporação de área é que a expansão horizontal entra em declínio. Com o esgotamento das matas virgens (1980), isto é, de áreas que proporcionavam uma renda extra ao produtor (pela fertilidade dada pela queima), é que se tornou "viável" o uso de insumos modernos na produção do arroz (final dos anos 1980 e início de 1990). Ou seja, o interesse pelo uso intensivo de capitais se intensifica nesta cultura ou naquela atividade. De qualquer forma, essa modalidade "tradicional" da expansão (horizontal/extensiva sem insumos modernos) da terra garantiu ao arroz um lugar de destaque na agricultura durante mais de meio século.

Ora, no caso da soja esse processo moderno em áreas específicas voltadas à irrigação e/ou mecanização de culturas específicas é a norma da atividade porque a mesma pressupõe uma inversão contínua de capital sob a forma constante (máquinas e insumos) como forma de viabilizar e tornar mais produtiva e lucrativa a atividade da cultura. Tal forma de organizar a produção sobre base tecnológica intensiva em capital sob o comando de capitais de médio e grande porte tem levado e/ou ocasionado transformações muito rápidas nos locais onde a mesma vem-se expandindo, inclusive no aspecto da absorção da força de trabalho e da destruição da biodiversidade local.

Dessa maneira, questões relacionadas ao acesso e uso da terra, relações de trabalho e inovações tecnológicas se fizeram a uma velocidade muito mais acentuada do que nas áreas de influência de arroz ou mesmo de pecuária incentivada, a exemplo do Oeste do Estado. O resultado é que em diferentes exemplos se faz perceber essa ação do capital no mercado, sendo que uns são bem marcantes pela velocidade do evento, outros não tão perceptíveis, mas igualmente importantes de serem analisados.

Num primeiro plano temos o aspecto agrícola propriamente dito, relativo ao sucesso em tão curto prazo do volume e área ocupada pela soja. Paralelamente a isso se tem duas questões daí decorrentes. Uma que diz respeito ao aprofundamento da questão agrária e outra do meio ambiente.

Se existe o sucesso de expansão vertiginosa da soja em área/volume com a eficácia (produtividade crescente), é provável que o mesmo não se estenda ao meio ambiente e/ou à questão agrária, a exemplo do acesso a terra, tecnologia ou das melhorias de condições de trabalho dos segmentos de produtores excluídos da soja. Do lado dos impactos ambientais sobressaem duas questões. Uma referente à possível destinação ou ao comprometimento do Bioma Cerrado acarretando toda sorte de problema, inclusive a destruição de ecossistemas inteiros, cujo efeito sobre a fauna e flora já se fez presente, apesar do curto espaço de tempo (20 anos) da cultura. Paralelamente, há o impacto mecânico ocasionado pela destruição intensa e contínua que não atenta para as especificidades; há também aquele decorrente do intenso uso de instrumentos modernos inerente à exploração de soja, que requer mais de duas aplicações de toda sorte de agrotóxicos (fungicidas e pesticidas), cujo efeito sobre o meio ambiente se faz de forma cumulativa e permanente. Assim os mesmos agem tanto no curto quanto no longo prazo.

Se o médio e o grande produtor de soja se orgulham das transformações que se realizaram nos diferentes planos25 da atividade, por onde se instalam, em particular, na rápida introdução de relações capitalistas no campo, e do "progresso" que proporcionam à economia local, o mesmo orgulho parece não existir nos produtores familiares: pequenos proprietários e não proprietários (arrendatários e ocupantes). A razão dessa diferença de atitude frente a mais nova expansão de fronteira agrícola do Estado estaria na exclusão deste último segmento, cujo resultado se manifesta na diminuição ou mesmo desaparecimento destes pequenos produtores de subsistência ou ainda na sua transformação em assalariados precários. Os dados mais recentes parecem corroborar essa tendência. Por exemplo, entre o início da atividade (meados dos anos 80) e os dados mais recentes há uma clara tendência do avanço de determinados segmentos de produtores sobre os outros e da substituição de determinadas relações de produção por outra (ocupantes por parceria/arrendamento). Além disso, o perfil produtivo muda consideravelmente. Em vez de produção de alimentos e pecuária extensiva, tem-se a produção de soja, arroz, milho, realizada

em moldes empresariais muito diferentes do que prevalecia anteriormente. Tal fenômeno pode ser visto claramente na estruturação por grupo de lavoura, que oferece a real dimensão na região e na cultura da soja e, consequentemente, do porte de capitais que estão por trás da atividade.

Enfim, percebemos que a expansão da soja, apesar de ser um fenômeno local muito recente e concentrado em microrregiões específicas do Sul e do Nordeste do Maranhão, tem mostrado um poder crescente sobre a dinâmica geral da agricultura maranhense. Isso parece decorrer da robusta taxa de crescimento que acarreta transformações em outros segmentos direta ou indiretamente a ela relacionados. O peso que a mesma assume é crescente no setor agrícola, tanto pelo tamanho médio da área ocupada, mas, sobretudo, pela estagnação de outras atividades (mandioca e arroz) e pelo lento crescimento da pecuária, anteriormente muito importante e que respondia pela dinâmica do crescimento agrícola da economia do Estado e em particular das atuais microrregiões da soja.

Dessa forma, a soja, de forma diferente do que aconteceu anteriormente a sua ascensão, onde a dinâmica do crescimento da agricultura dependia do arroz e do mercado interno, agora tem no mercado externo o seu vínculo maior. Isso significa que o crescimento da atividade e, portanto, a expansão da produção e das exportações não dependem do mercado interno de grãos, mas da demanda externa por commodities. A globalização do mercado local constitui assim a novidade da nova agricultura maranhense. Portanto, o tamanho e a qualidade das transformações/mudanças que já ocorrem e deverão acontecer proximamente são uma variável externa ao produtor e ao governo local/nacional, o que significa dizer que as mesmas se processarão ou não independente da vontade individual ou governamental, ou seja, é o mercado internacional de grãos que norteia ou norteou o rumo e o ritmo da expansão anterior e do futuro.

Isto significa dizer também que tal segmento da agricultura torna-se extremamente vulnerável à dinâmica internacional, ou melhor, dos principais compradores, EUA, China e Comunidade Europeia; assim como ocorreu no final do ano de 2008, a instabilidade tem crescido significativamente em função de esta atividade estar totalmente integrada ao circuito internacional e com ele sofrer e aproveitar todas as consequências que a crise e/ou expansão proporciona em tais circunstâncias.

(*) Esse trabalho é parte do livro "O Desenvolvimento Desigual da Agricultura: a dinâmica do agronegócio e da agricultura familiar", editado pela Editora da Universidade Federal do Maranhão (EDUFMA).

Por Benjamim Alvino Mesquita - Economista. Professor da UFMA

[1]Um exemplo desse fato foi a produção do arroz não mecanizado na região de Balsas. Antes da chegada dos "gaúchos" ao município e do sucesso da soja, prevaleciam formas não capitalistas.

[2]Embora se saiba que a mandioca, o milho e o feijão tenham importância social muito grande sob o ponto de vista da ocupação da mão de obra familiar, optamos por considerar apenas o arroz, fundamentalmente pela tradição de ser o produto comercial por excelência desse segmento de produtos não capitalistas.

3 Para uma discussão dos conceitos ver Mesquita (2006)

4 Minifúndio aqui entendido como miniestabelecimentos (-5 há), embora se saiba que o conceito (Incra) seja baseado em outros critérios – módulo rural e fiscal; renda auferida, trabalho familiar e não apenas no tamanho físico em si.

5 A mesma consistia em oferecer terra à roça naquele ano específico em troca do semeio do capim após a colheita do arroz, apropriando-se assim desse trabalho morto (OLIVEIRA, 1987).

6 Por exemplo, se forem levados em consideração os mesmos dados por grupo de área, a conclusão é outra, i.e, a escala de produção é quem revela o que está efetivamente por trás da oferta final do produto. É o que demonstra a nota anterior.

9 Os não-proprietários (parceiros, arrendatários e ocupantes) e também os minifundistas, entre 70 e 95, têm cedido área aos proprietários e também diminuído substancialmente. Em 1970 os primeiros representavam 83% dos estabelecimentos e 8,5 % da área; 25 anos depois, restringem-se a 68% e 6,7%, respectivamente. De qualquer forma, ainda em 1995 (IBGE) continuavam sendo majoritários; perfaziam 251 mil contra 117 mil proprietários (ALMEIDA et al., 2001, p. 77 e 83).

18 Eventualmente em outros produtos alimentares: milho, feijão, mandioca.

23 Despecuarização aqui entendida como um fenômeno de decréscimo de área com pastos e/ou estagnação de rebanho de uma região a partir dos anos oitenta com entrada da lavoura mecanizada dos gaúchos da soja e do arroz. Descamponesização como perda de importância de área apropriada, de número de unidades e de oferta da produção dos não proprietários frente aos proprietários.

25 Considerando que no curto espaço de tempo não ocorrem mudanças significativas nesta estrutura de produção.

PROVA SIMULADA

Nas questões que se seguem, assinale:
C – se a proposição estiver correta
E – se a mesma estiver incorreta

01. São Luís concentra grande parte do produto interno bruto do estado; a capital passa por um processo marcante de crescimento econômico, sediando mais de três universidades (duas públicas e uma privada), além de uma dezena de centros de ensino e faculdades particulares. A expansão imobiliária é visível, mas o custo de vida ainda é bastante elevado e a exclusão social acentuada. Há grande dependência de empregos públicos.

02. O Maranhão, por ser localizado em um bioma de transição entre o sertão nordestino e a Amazônia, apresenta ao visitante uma mescla de ecossistemas somente comparada, no Brasil, com a do Pantanal Mato-Grossense. Possui mais de 640 km de litoral, sendo, portanto, o estado com o segundo maior litoral brasileiro, superado apenas pela Bahia. O turismo praticado nele pode ser classificado em dois tipos: turismo ecológico e turismo cultural/religioso.

03. O Maranhão tem o privilégio de possuir, devido a exuberante mistura de aspectos da geografia, a maior diversidade de ecossistemas de todo o País. São 640 quilômetros de extensão de praias tropicais, floresta amazônica, cerrados, mangues, delta em mar aberto e o único deserto do mundo com milhares de lagoas de águas cristalinas. Essa diversidade está organizada em cinco polos turísticos, cada um com seus atrativos naturais, culturais e arquitetônicos. São eles: o polo turístico de São Luís, o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, o Parque Nacional da Chapada das Mesas, o Delta do Parnaíba e o polo da Floresta dos Guarás.

04. O Polo turistico de São Luís, localizado na ilha Upaon-Açu, que abrange os municípios que compõem a Ilha, a capital São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa, e a cidade Monumento de Alcântara.

05. O Parque dos Lençóis, situado no litoral oriental do Maranhão, envolve os municípios de Humberto de Campos, Primeira Cruz, Santo Amaro e Barreirinhas. Seu maior atrativo é o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, belo e intrigante fenômeno da natureza, um paraíso ecológico com 155 mil hectares de dunas, rios, lagoas e manguezais.

06. O Parque Nacional da Chapada das Mesas é uma área de 160 046 hectares de cerrado localizado no Sudoeste Maranhense. Possui cachoeiras, trilhas ecológicas em cavernas e desfiladeiros, *rappel*, sítios arqueológicos com inscrições rupestres e rios de águas cristalinas. As principais cidades do polo são Imperatriz, Carolina e Riachão.

07. O Delta do Parnaíba é o terceiro maior delta oceânico do mundo. Raro fenômeno da natureza que ocorre também no rio Nilo, na África, e Mekong, no Vietnã. Sua configuração se assemelha a uma mão aberta, onde os dedos representariam os principais afluentes do Parnaíba, que se ramificam formando um grandioso santuário ecológico. Rios, flora, fauna, dunas de areias alvas, banhos em lagoas e de mar são alguns atrativos que o lugar oferece. Localizado a nordeste do estado, na divisa com o Piauí. Envolve a região sob influência do Delta do Rio Parnaíba, que tem setenta por cento da sua área no Maranhão. Tutoia, Paulino Neves e Araioses são os principais municípios. Deste último, partem excursões turísticas para o delta.

08. O polo da Floresta dos Guarás fica na parte amazônica do Maranhão, no litoral ocidental do estado. Incluído como Pólo ecoturístico por excelência, envolve os municípios de Cedral, Mirinzal, Cururupu, Guimarães e Porto Rico do Maranhão, entre outros. Seu nome deve-se à bela ave de plumagem vermelha, comum na região. O lugar, que conta com incríveis atrativos naturais e culturais, destaca-se como um santuário ecológico, formado por baías e estuários onde os rios deságuam em meio a manguezais. Entre os maiores atrativos turísticos deste polo, está a Ilha dos Lençóis, em Cururupu. Outros atrativos: praias de Caçacueira, São Lucas e Mangunça; Parcel de Manuel Luís, um banco de corais ao alcance apenas de mergulhadores profissionais; estaleiros, onde os mestres constroem embarcações típicas do Maranhão, inteiramente artesanais; pássaros como guarás, garças, colhereiros e marrecos.

09. Cerca de setenta por cento dos maranhenses vivem em áreas urbanas. O Maranhão possui 18,43 habitantes por km², sendo o décimo sexto na lista de estados brasileiros por densidade demográfica.

10. O Maranhão apresenta o segundo maior índice de mortalidade infantil do Brasil, inferior apenas ao de Alagoas. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, de cada mil nascidos no Maranhão por ano, 39 não sobreviverão ao primeiro ano de vida. Vários fatores contribuem para o alto índice de mortalidade infantil no estado: dentre eles, o fato de que apenas metade da população tem acesso à rede de esgoto e o de que quase quarenta por cento da população não tem acesso a água tratada.

11. O Maranhão é um dos estados mais miscigenados do país, o que pode ser demonstrado pelo número de 68,8% de pardos autodeclarados ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, resultado da grande concentração de escravos indígenas e africanos nas lavouras de cana-de-açúcar, arroz e algodão; os grupos indígenas remanescentes e predominantes são dos grupos linguísticos macro-jê e macro-tupi. No tronco macro-Jê, destaca-se a família jê, com povos falantes da língua Timbira (Mehim), Kanela (Apanyekra e Ramkokamekra), Krikati, Gavião (Pukobyê), Kokuiregatejê, Timbira do Pindaré e Krejê. No Tronco macro-tupi, a família tupi-guarani, com os povos falantes das línguas tenetehára: Guajajara, Tembé e Urubu-Kaapor, além dos Awá-Guajá e de um pequeno grupo guarani, concentrados principalmente na pré-Amazônia, no Alto Mearim e na região de Barra do Corda e Grajaú.

12. A população de grande parte do estado ainda sofre com problemas de saneamento básico e de desnutrição infantil. O Maranhão apresenta altos índices de desnutrição entre as crianças de zero a cinco anos, de acordo com levantamento do Fundo da Nações Unidas para a Infância feito em 1999.

13. O estado conta com um eficiente sistema de abastecimento de energia, através da Subestação da Eletronorte instalada no Distrito Industrial do Município de Imperatriz, além de estar bastante próxima das hidroelétricas de Estreito (1 328 megawatts) e de Serra Quebrada. A concessionária de energia elétrica que cobre o Maranhão é a Companhia Energética do Maranhão.

14. Juçara, buriti, bacaba, carnaúba, babaçu... O Maranhão é conhecido como "terra das palmeiras", cognome que lhe foi dado por Fróis de Abreu, num livro de 1931, mas já em 1614 Claude d'Abbeville gabava: "É um verdadeiro jardim de palmeiras." E Gonçalves Dias suspirava, na "Canção do exílio": "Minha terra tem palmeiras..."

15. De relevo plano, o Maranhão tem 75% do território abaixo de 200m de altura e apenas dez por cento acima de 300m. O quadro geomorfológico é composto por duas unidades: a baixada litorânea e o planalto. Domina na baixada um relevo de colinas e tabuleiros, talhados em arenitos da série Barreiras. Em certas partes do litoral, inclusive na ilha de São Luís, situada no centro do chamado golfão maranhense, esse relevo chega até a linha da costa. Em outras, fica separado do mar por uma faixa de terrenos baixos e planos, sujeita a inundações no período das chuvas. É a planície litorânea propriamente dita, que no fundo do golfão toma o nome de Perises. A leste do golfão maranhense, esses terrenos assumem o caráter de amplos areais com formações de dunas, que integram a costa dos Lençóis, até a baía de Tutóia.

16. Ocorrem no Maranhão três tipos de clima: o tropical superúmido de monção, o tropical com chuvas de outono e o tropical com chuvas de verão. Os três apresentam regimes térmicos semelhantes, com médias anuais elevadas, que variam em torno de 26o C, mas diferem quanto ao comportamento pluviométrico. O primeiro tipo, dominante na parte ocidental do estado, apresenta os totais mais elevados (cerca de 2.000mm anuais); os outros dois apresentam pluviosidade mais reduzida (de 1.250 a 1.500mm anuais) e estação seca bem marcada, e diferem entre si, como seu próprio nome indica, pela época de ocorrência das chuvas.

17. Vegetação. Uma vegetação de floresta, campos e cerrados reveste o território maranhense. As florestas ocupam toda a porção noroeste do estado, ou seja, a maior parte da área situada a oeste do rio Itapecuru. Nessas matas ocorre com grande abundância a palmeira do babaçu, produto básico da economia extrativa local. Os campos dominam em torno do golfão maranhense e no litoral ocidental. Os cerrados recobrem as regiões oriental e meridional. Na faixa litorânea, a vegetação assume feições variadas: campos inundáveis, manguezais, formações arbustivas.

18. Hidrografia. Quase toda a drenagem do estado se faz de sul para norte através de numerosos rios independentes que se dirigem para o Atlântico: Gurupi, Turiaçu, Pindaré, Mearim, Itapecuru e Parnaíba. A sudoeste do estado uma pequena parte do escoamento se faz em direção a oeste. Integram-na pequenos afluentes da margem direita do Tocantins.

19. A principal região econômica do Maranhão é o centro-norte, onde se localizam os vales dos rios Pindaré, Mearim e Itapecuru. Ali se concentra a maior parte das atividades agrícolas, pastoris e extrativas do estado. O vale do Itapecuru foi ocupado nos séculos XVIII e XIX pela cultura algodoeira. Na segunda metade do século XX, passou a dominar nessa região a cultura do arroz, secundada pela do milho, da mandioca, do feijão e do algodão arbóreo. Além de principal produtor de arroz do estado, o vale do Itapecuru é também o maior produtor de coco de babaçu e tem o segundo rebanho bovino do estado.

Imigrantes nordestinos que repovoaram os sertões do Mearim e do Pindaré, e também o caboclo maranhense, dedicaram-se à rizicultura com tal afinco que logo a produção passou da casa dos milhares para a dos milhões de sacas, e o arroz voltou a ser exportado para o resto do país.

20. Os vales dos rios Mearim e Pindaré constituem áreas de ocupação mais recente que a do Itapecuru. Para lá acorreram migrantes do próprio Maranhão e provenientes de outros estados nordestinos. A economia dessa região baseia-se nas culturas de milho e arroz e na extração do coco de babaçu. Ainda na região centro-norte encontram-se os campos de Perises, principal área criatória do estado.

RESPOSTAS

01.	C	11.	C
02.	C	12.	C
03.	C	13.	C
04.	C	14.	C
05.	C	15.	C
06.	C	16.	C
07.	C	17.	C
08.	C	18.	C
09.	C	19.	C
10.	C	20.	C

